

V

A PARTILHA DO MUNDO ENTRE AS ASSOCIAÇÕES DE CAPITALISTAS

As associações de monopolistas capitalistas — cartéis, sindicatos, *trusts* — partilham entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se mais ou menos completamente da produção do país. Mas sob o capitalismo o mercado interno está inevitavelmente entrelaçado com o externo. Há muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E, à medida que foi aumentando a exportação de capitais e se foram alargando, sob todas as formas, as relações com o exterior e com as colônias e as esferas de influência das maiores associações monopolistas, a marcha natural das coisas levou a um acordo universal entre elas, à constituição de cartéis internacionais.

É um novo grau da concentração mundial do capital e da produção, um grau incomparavelmente mais elevado que os anteriores. Vejamos como surge este supermonopólio.

A indústria elétrica é a mais típica, do ponto de vista dos últimos progressos da técnica, para o capitalismo do *final* do século XIX e princípio do século XX. E, entre os novos países capitalistas, adquiriu maior impulso nos dois mais avançados, os Estados Unidos e a Alemanha. Na Alemanha, a crise de 1900 contribuiu particularmente para a concentração deste ramo da indústria. Os bancos, que nessa época se encontravam bastante ligados à indústria, aceleraram e aprofundaram ao mais alto grau, durante essa crise, a ruína das empresas relativamente pequenas, a sua absorção pelas grandes. “Os bancos — diz Jeidels — negaram apoio precisamente às empresas que mais necessidade tinham dele, provocando com isso, a princípio, um ascenso vertiginoso, e depois a quebra irremediável das sociedades que não estavam suficientemente ligadas a eles”⁷¹.

⁷¹ Jeidels, Op. Cit., pág. 232.

Como resultado, a concentração avançou, depois de 1900, a passos de gigante. Até 1900 tinham existido 7 ou 8 grupos na indústria elétrica; cada um era composto por várias sociedades (no total havia 28) e por detrás de cada um havia 2 a 11 bancos. Por volta de 1908-1912 todos esses grupos se fundiram em um ou dois. Eis como se produziu o referido processo:

Grupos na indústria elétrica

	Felten e Guillaume	Lahmeyer	Union AEG	Siemens e Halske	Schuckert e Cia.	Bergmann	Kummer
Até 1900	⇓		⇓	⇓		⇓	⇓
	Felter e Lahmeyer		AEG	Siemens e Halske-Schuckert		Bergmann	Faliu em 1900
	⇓			⇓			
	AEG Sociedade Geral de Eletricidade			Siemens e Halske-Schuckert			
	⇓						
Por volta de 1912	Cooperação estreita a partir de 1908						

A famosa AEG - Sociedade Geral de Eletricidade, assim desenvolvida, exerce seu domínio sobre 175 ou 200 sociedades (através do sistema de participação) e dispõe de um capital total de cerca de *1 bilhão e 500 milhões* de marcos. Só no exterior conta com 34 representações diretas, 12 das quais são sociedades anônimas estabelecidas em mais de dez países. Em 1904 calculava-se que os capitais investidos pela indústria elétrica alemã no exterior ascendiam a 233 milhões de marcos, dos quais 62 milhões na Rússia. Desnecessário dizer que a Sociedade Geral de Eletricidade constitui uma imensa empresa combinada — só o número das suas sociedades fabris é de 16 — que produz os mais variados artigos, desde cabos e isoladores até automóveis e aparelhos de aviação.

Mas a concentração na Europa foi também um elemento integrante no processo de concentração nos Estados Unidos. Eis como ele se produziu:

O IMPERIALISMO

Companhia Geral de Eletricidade (General Electric Co.)		
↑		
América	A Cia. Thompson-Houston funda uma firma para a Europa	A Cia. Edison funda para a Europa a Cia. Francesa Edison, que cede as suas patentes a uma firma alemã
Alemanha	Cia. Union de Eletricidade	Sociedade Geral de Eletricidade (AEG)
↓		
Sociedade Geral de Eletricidade (AEG)		

Deste modo formaram-se *duas* potências elétricas. “É impossível encontrar no mundo uma única sociedade elétrica que seja completamente independente delas” — diz Heinig no seu artigo *Os Caminhos do Trust da Eletricidade*. Os números seguintes dão uma idéia, que está muito longe de ser completa, das proporções do volume de negócios e da dimensão das empresas de ambos os *trusts*.

	Anos	Volume de negócios*	Empregados	Lucro líquido*
América: GEC	1907	252	28.000	35,4
	1910	298	32.000	45,6
Alemanha: AEG	1907	216	30.700	14,5
	1911	362	60.800	21,7

* em milhões de marcos

E eis que em 1907, entre o *trust* americano e o *trust* alemão se estabeleceu um acordo para a partilha do mundo. Foi suprimida a concorrência: a GEC recebeu os Estados Unidos e o Canadá; à AEG couberam a Alemanha, a Áustria, a Rússia, a Holanda, a Dinamarca, a Suíça, a Turquia e os Bálcãs. Firmaram-se acordos especiais, naturalmente secretos, em relação às filiais, que penetram em novos ramos da indústria e em países novos, ainda não incluídos formalmente na partilha. Estabeleceu-se o intercâmbio de invenções e experiências⁷².

Compreende-se perfeitamente até que ponto é difícil a concorrência com este *trust*, realmente único, mundial, que dispõe de um capital de bilhões, e tem as suas sucursais, representações, agências, relações etc., em todos os cantos do mundo. Mas a partilha do mundo entre dois *trusts* fortes não exclui, naturalmente, *uma nova partilha*, no caso de se modificar a correlação de forças em consequência da desigualdade do desenvolvimento, das guerras, das quebras etc.

⁷² Riesser, Op. Cit.; Diouritch, Op. Cit., pág. 239; Kurt Heinig, Art. cit.

A indústria do petróleo oferece-nos um exemplo elucidativo de uma tentativa de nova partilha deste gênero, da luta para o conseguir.

“O mercado mundial do petróleo — escrevia Jeidels em 1905 — encontra-se ainda atualmente dividido entre dois grandes grupos financeiros: o trust americano Standard Oil Corporation, de Rockefeller, e os donos do petróleo russo de Baku, isto é, Rothschild e Nobel. Ambos os grupos estão intimamente ligados entre si, mas a sua situação de monopólio encontra-se ameaçada há alguns anos por cinco inimigos”⁷³: 1. o esgotamento dos jazigos norte-americanos de petróleo; 2. a concorrência da firma Mantáshev em Baku; 3. os jazigos da Áustria; 4. os da Romênia; 5. os jazigos de petróleo transoceânicos, particularmente nas colônias holandesas (as riquíssimas firmas Samuel e Shell, também ligadas ao capital inglês). Os três últimos grupos de empresas estão relacionados com os grandes bancos alemães, e em primeiro lugar com o Banco Alemão, o mais importante deles. Estes bancos impulsionaram de uma forma sistemática e independente a indústria petrolífera, por exemplo, na Romênia, a fim de terem o seu ponto de apoio. Em 1907 calculava-se que na indústria romena do petróleo havia capitais estrangeiros no valor de 185 milhões de francos, dos quais 74 milhões eram alemães⁷⁴.

Começou o que nas publicações econômicas se chama luta pela *partilha do mundo*. Por um lado, a Standard Oil, de Rockefeller, desejosa de se apoderar de *tudo*, fundou uma filial na *própria* Holanda, adquirindo os jazigos da Índia Holandesa e procurando assestar assim um golpe no seu inimigo principal: o *trust* anglo-holandês Shell. Por outro lado, o Banco Alemão e outros bancos berlinenses procuravam conservar a Romênia e uni-la à Rússia contra Rockefeller. Este último possuía um capital incomparavelmente mais volumoso e uma magnífica organização de transportes e abastecimento aos consumidores. A luta devia terminar, e terminou, em 1907, com a derrota completa do Banco Alemão, diante do qual se abriam dois caminhos: ou liquidar, com perdas de milhões, os seus interesses petrolíferos, ou submeter-se. Escolheu o segundo e concluiu um acordo muito pouco vantajoso com a Standard Oil. No referido acordo comprometia-se a não fazer nada em prejuízo dos interesses norte-americanos, com a ressalva, no entanto, de que o convênio perderia a sua vigência no caso de a Alemanha vir a aprovar uma lei implantando o monopólio do Estado sobre o petróleo.

⁷³ Jeidels, Op. Cit., pág. 192-193.

⁷⁴ Diouritch, pág. 245-246.

Começa então a *comédia do petróleo*. Von Gwinner, diretor do Banco Alemão é um dos reis financeiros da Alemanha, organiza, por intermédio de seu secretário particular, Stauss, uma campanha a favor do monopólio do petróleo. Põe-se em ação todo o imenso aparelho do mais importante banco berlinense, todas as vastas relações de que dispõe, a imprensa enche-se de clamores patrióticos contra o jugo do *trust* americano, e o Reichstag decide, quase por unanimidade, em 15 de março de 1911, convidar o governo a preparar um projeto de monopólio do petróleo. O governo aceitou esta idéia popular, e o Banco Alemão, desejoso de enganar o seu rival americano e de pôr em ordem os seus negócios mediante o monopólio de Estado, parecia ter ganho a partida. Os reis alemães do petróleo esfregavam as mãos de prazer pensando nos seus lucros fabulosos, que não seriam inferiores aos dos fabricantes de açúcar russos... Mas, em primeiro lugar, os grandes bancos alemães zangaram-se entre si por causa da partilha do saque, e a Sociedade de Desconto pôs a descoberto os objetivos interessados do Banco Alemão; em segundo lugar, o governo assustou-se com a idéia de uma luta com Rockefeller, pois era muito duvidoso que a Alemanha conseguisse obter petróleo sem contar com ele (o rendimento da Romênia não é muito considerável); em terceiro lugar, quase ao mesmo tempo, em 1913, votava-se um crédito de 1 bilhão para os preparativos de guerra da Alemanha. O projeto de monopólio foi adiado. De momento, a Standard Oil de Rockefeller saiu vitoriosa da luta.

A revista berlinense *Die Bank* escreveu a este respeito que a Alemanha não poderia lutar com a Standard Oil a não ser implantando o monopólio da eletricidade e convertendo a força hidráulica em energia elétrica barata. Mas — acrescentava — “o monopólio da eletricidade virá quando dele necessitarem os produtores: quando nos encontrarmos em vésperas de outra grande quebra, desta vez na indústria elétrica, e quando não puderem funcionar com lucro as grandes e caras centrais elétricas que os consórcios privados da indústria elétrica estão agora construindo em toda parte e para as quais estão obtendo diversos monopólios dos municípios, dos Estados etc. Será necessário então pôr em marcha as forças hidráulicas; mas não será possível convertê-las em eletricidade barata por conta do Estado, tornando-se necessário entregá-las também a um monopólio privado submetido ao controle do Estado, pois a indústria privada já concluiu muitas transações e estipulou grandes indenizações... Assim aconteceu com o monopólio do petróleo e assim será com o monopólio da eletricidade. Já é

tempo dos nossos socialistas de Estado, que se deixam deslumbrar por princípios brilhantes, compreenderem finalmente que, na Alemanha, os monopólios nunca tiveram a intenção de proporcionar benefícios aos consumidores ou, pelo menos, de pôr à disposição do Estado uma parte dos lucros patronais, tendo servido unicamente para sanear, à custa do estado, a indústria privada, colocada quase à beira da falência”⁷⁵.

Tais são as valiosas confissões que se vêem obrigados a fazer os economistas burgueses da Alemanha. Por aqui vemos claramente como, na época do capital financeiro, os monopólios de Estado e os privados se entrelaçam, formando um todo, e como tanto uns como outros não são, na realidade, mais do que diferentes elos da luta imperialista travada pelos maiores monopolistas pela partilha do mundo.

Na marinha mercante, o enorme processo de concentração conduziu também à partilha do mundo. Na Alemanha destacaram-se duas grandes sociedades: Hamburg-Amerika e a Lloyd da Alemanha do Norte, com um capital de 200 milhões de marcos (ações e obrigações) cada uma, e possuindo barcos no valor de 185 a 189 milhões de marcos. Por outro lado, foi fundado na América em 1º de janeiro de 1903, o chamado *trust* Morgan, a Companhia Internacional de Comércio Marítimo, que agrupa nove companhias de navegação americanas e inglesas, e dispõe de um capital de 120 milhões de dólares (480 milhões de marcos). Em 1903 foi assinado um contrato sobre a partilha do mundo entre os colossos alemães e esse *trust* anglo-americano no que se refere à partilha dos lucros. As sociedades alemãs renunciaram a entrar em concorrência nos transportes entre a Inglaterra e a América. Fixaram-se taxativamente os portos reservados a cada um, criou-se um comitê de controle comum etc. O contrato foi concluído para vinte anos, com a prudente reserva de que perderia a validade em caso de guerra⁷⁶.

É também extraordinariamente elucidativa a história da constituição do cartel internacional dos carris de ferro. A primeira vez que as fábricas de carris inglesas, belgas e alemãs tentaram constituir o referido cartel foi em 1884, num período de depressão industrial muito grave. Estabeleceram um acordo para os subscritores do pacto não competirem nos mercados internos dos respectivos países, e os mercados externos foram distribuídos na proporção seguinte: Inglaterra 66%, Alemanha 27% e Bélgica 7%. A Índia ficou inteiramente à disposição da Inglaterr

⁷⁵ *Die Bank*, 1912, 2, págs. 629 e 1036; 1913, I, pág. 388.

⁷⁶ Riesser, *Op. Cit.*, pág. 125.

ra. Fez-se a guerra em comum a uma companhia inglesa que tinha ficado à margem do acordo. Os gastos dessa guerra foram cobertos com uma percentagem das vendas gerais. Mas em 1886, quando duas firmas inglesas se retiraram do cartel, este desmoronou-se. É eloqüente o fato de o acordo não ter sido possível durante os períodos de prosperidade industrial que se seguiram.

No começo de 1904 foi fundado o sindicato do aço da Alemanha. Em novembro do mesmo ano voltou a formar-se o cartel internacional dos carris de ferro, com a seguinte proporção: Inglaterra 53,5%, Alemanha 28,83% e Bélgica 17,67%. Mais tarde foi incorporada a França com 4,8%, 5,8% e 6,4% no primeiro, segundo e terceiro anos respectivamente, além dos 100%, quer dizer, calculando sobre um total de 104,8%, e assim sucessivamente. Em 1905 aderiu o *trust* do aço dos Estados Unidos (Corporação do Aço); depois a eles se juntaram a Áustria e a Espanha. “No momento atual — dizia Vogelstein em 1910 —, a partilha do mundo está concluída, e os grandes consumidores, em primeiro lugar as estradas de ferro do Estado, podem viver — visto que o mundo já está repartido, sem ter em conta os seus interesses —, como o poeta, nos céus de Júpiter”⁷⁷.

Recordemos também o sindicato internacional do zinco, fundado em 1909, que fez uma distribuição exata do volume da produção entre cinco grupos de fábricas: alemãs, belgas, francesas, espanholas e inglesas; depois, o *trust* internacional da pólvora, “essa estreita aliança, perfeitamente moderna — segundo palavras de Liefmann —, de todas as fábricas alemãs de explosivos, que, reunidas mais tarde às fábricas de dinamite francesas e americanas, organizadas de maneira análoga, partilharam, por assim dizer, o mundo inteiro”⁷⁸.

Segundo Liefmann, em 1897 havia cerca de 40 cartéis internacionais com a participação da Alemanha; em 1910 aproximavam-se da centena.

Alguns escritores burgueses (aos quais se juntou agora Kautsky, que atraiçou completamente a sua posição marxista de 1909, por exemplo) exprimiram a opinião de que os cartéis internacionais, sendo como são uma das expressões de maior relevo da internacionalização do capital, permitem acalentar a esperança de que a paz entre os povos virá a imperar sob o capitalismo. Esta opinião é, do ponto de vista teórico, completamente absurda, e do ponto de vista prático, um sofisma,

⁷⁷ Vogelstein, *Organisationsformen*, pág. 100.

⁷⁸ Liefmann, *Kartelle und Trusts*, 2, A., pág. 161.

um meio de defesa pouco honesto do oportunismo da pior espécie. Os cartéis internacionais mostram até que ponto cresceram os monopólios, e *quais são os objetivos* da luta que se desenrola entre os grupos capitalistas. Esta última circunstância é a mais importante, só ela nos esclarece sobre o sentido histórico-econômico dos acontecimentos, pois a forma de luta pode mudar, e muda constantemente, de acordo com diversas causas, relativamente particulares e temporais, enquanto a *essência* da luta, o *seu conteúdo* de classe, *não pode* mudar enquanto subsistirem as classes. Compreende-se que os interesses da burguesia alemã, por exemplo, para a qual Kautsky se passou, na realidade, nos seus raciocínios teóricos (como veremos mais adiante), dizem a conveniência de ocultar o *conteúdo* da luta econômica atual (pela partilha do mundo), de sublinhar ora uma ora outra *forma* dessa luta. Kautsky incorre neste mesmo erro. E não se trata apenas, naturalmente, da burguesia alemã, mas da burguesia mundial. Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no segundo o capital, segundo a força; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo. A força varia, por sua vez, de acordo com o desenvolvimento econômico e político; para compreender o que está acontecendo é necessário saber que problemas são solucionados pelas mudanças da força, mas saber se essas mudanças são puramente econômicas ou *extra-econômicas* (por exemplo, militares), é secundário e em nada pode fazer variar a concepção fundamental sobre a época atual do capitalismo. Substituir o *conteúdo* da luta e das transações entre os grupos capitalistas pela forma desta luta e destas transações (hoje pacífica, amanhã não-pacífica, depois de amanhã outra vez não-pacífica) significa descer ao papel de sofista.

A época do capitalismo contemporâneo mostra-nos que se estão estabelecendo determinadas relações entre os grupos capitalistas *com base* na partilha econômica do mundo, e que, ao mesmo tempo, em ligação com isto, se estão estabelecendo entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na luta pelo território econômico.

VI

A PARTILHA DO MUNDO ENTRE AS GRANDES POTÊNCIAS

No seu livro sobre o “desenvolvimento territorial das colônias europeias”⁷⁹, o geógrafo A. Supan dá o seguinte resumo desse desenvolvimento no final do século XIX:

Percentagem de território pertencente às potências coloniais europeias
e aos Estados Unidos

	1876	1900	Diferença
Na África	10,8%	90,4%	+79,6%
Na Polinésia	56,8%	98,9%	+42,1%
Na Ásia	51,5%	56,6%	+5,1%
Na Austrália	100,0%	100,0%	—
Na América	27,5%	27,2%	-0,3%

“O traço característico deste período — conclui o autor — é, por conseguinte, a partilha da África e da Polinésia”. Como nem na Ásia nem na América existem terras desocupadas, isto é, que não pertençam a nenhum Estado, deve-se ampliar a conclusão de Supan dizendo que o traço característico do período que nos ocupa é a partilha definitiva do planeta, definitiva não no sentido de ser impossível *reparti-lo de novo* — pelo contrário, novas partilhas são possíveis e inevitáveis —, mas no sentido de que a política colonial dos países capitalistas *já completou* a conquista de todas as terras não-ocupadas que havia no nosso planeta. Pela primeira vez, o mundo já se encontra repartido, de tal modo que, no futuro, só se poderão efetuar novas partilhas, ou seja, a passagem de territórios de um *proprietário* para outro, e não a passagem de um território sem proprietário para um *dono*.

⁷⁹ A. Supan, *Die Territoriale Entwicklung der Europäischen Kolonien*, 1906, pág. 254.

Vivemos, por conseguinte, numa época peculiar da política colonial mundial, que se encontra intimamente relacionada com a fase mais recente de desenvolvimento do capitalismo, com o capital financeiro. Por isso é necessário nos determos mais pormenorizadamente, acima de tudo, nos dados concretos, para formarmos uma idéia o mais precisa possível da diferença existente entre esta época e as anteriores, assim como da situação atual. Em primeiro lugar surgem duas questões concretas: verifica-se uma acentuação da política colonial, uma exacerbação da luta pelas colônias, precisamente na época do capital financeiro? Como precisamente se encontra repartido o mundo, na atualidade, deste ponto de vista?

O escritor americano Morris, no seu livro sobre a história da colonização⁸⁰, procura reunir os dados sobre a extensão das possessões coloniais da Inglaterra, França e Alemanha nos diferentes períodos do século XIX. Eis brevemente expostos, os resultados obtidos.

Dimensão das possessões coloniais

Anos	Inglaterra		França		Alemanha	
	Superfície	População	Superfície	População	Superfície	População
1815-1830	?	126,4	0,02	0,5	—	—
1860	2,5	145,1	0,2	3,4	—	—
1880	7,7	267,9	0,7	7,5	—	—
1899	9,3	309,0	3,7	56,4	1,0	14,7

* Superfície em milhões de milhas quadradas * População em milhões

Para a Inglaterra, o período de enorme intensificação das conquistas coloniais corresponde aos anos de 1860 a 1890 e foi muito considerável também durante os últimos vinte anos do século XIX. Para a França e para a Alemanha corresponde exatamente a esses vinte anos. Vimos acima que o período de desenvolvimento máximo do capitalismo pré-monopolista, o capitalismo em que predomina a livre concorrência, vai de 1860 a 1870. Agora vemos que é *exatamente depois desse período* que começa o enorme ascenso de conquistas coloniais, que se exacerba até um grau extraordinário a luta pela partilha territorial do mundo. É indubitável, por conseguinte, que a passagem do capita-

⁸⁰ Henry C. Morris, *The History of Colonization*, N. Y., 1900, vol. II, pág. 88; I, 419; II, 304.

lismo à fase do capitalismo monopolista, ao capital financeiro, *se encontra relacionada com a exacerbação da luta pela partilha do mundo.*

Hobson destaca no seu livro sobre o imperialismo os anos que vão de 1884 a 1900 como um período de intensa expansão (aumento territorial) dos principais Estados europeus. Segundo os seus cálculos, a Inglaterra adquiriu durante esse período 3.700.000 milhas quadradas com uma população de 57 milhões de habitantes; a França, 3.600.000 milhas quadradas com 36,5 milhões de habitantes; a Alemanha, 1.000.000 de milhas quadradas com 14,7 milhões de habitantes; a Bélgica, 900.000 milhas quadradas com 30 milhões de habitantes; Portugal, 800.000 milhas quadradas com 9 milhões de habitantes. No final do século XIX, sobretudo a partir da década de 1880, todos os Estados capitalistas se esforçaram por adquirir colônias, o que constitui um fato universalmente conhecido da história da diplomacia e da política externa.

Na época de maior florescimento da livre concorrência na Inglaterra, entre 1840 e 1860, os dirigentes políticos burgueses deste país eram adversários da política colonial, e consideravam útil e inevitável a emancipação das colônias e a sua separação completa da Inglaterra. M. Beer diz, num artigo publicado em 1898 sobre o “imperialismo inglês contemporâneo”⁸¹, que em 1852 um estadista britânico como Disraeli, tão favorável em geral ao imperialismo, declarava que “as colônias são uma mó que trazemos atada ao pescoço”. Em contrapartida, no final do século XIX os heróis do dia na Inglaterra eram Cecil Rhodes e Joseph Chamberlain, que preconizavam abertamente o imperialismo e aplicavam uma política imperialista com o maior cinismo!

Não deixa de ter interesse assinalar que esses dirigentes políticos da burguesia inglesa viam então claramente a ligação existente entre as raízes puramente econômicas, por assim dizer, do imperialismo moderno e as suas raízes sociais e políticas. Chamberlain preconizava o imperialismo como uma política justa, prudente e econômica, assinalando sobretudo a concorrência com que choca agora a Inglaterra no mercado mundial por parte da Alemanha, da América e da Bélgica. A salvação está no monopólio, diziam os capitalistas, ao fundar cartéis, sindicatos, *trusts*. A salvação está no monopólio, repetiam os chefes políticos da burguesia, apressando-se a apoderar-se das partes do mundo ainda não repartidas. E Cecil Rhodes, segundo conta um seu amigo íntimo, o jor-

⁸¹ *Die Neue Zeit*, XVI, I, 1898, pág. 302.

nalista Stead, dizia-lhe em 1895, a propósito das suas idéias imperialistas: “Ontem estive no East-End londrino (bairro operário) e assisti a uma assembléia de desempregados. Ao ouvir ali discursos exaltados cuja nota dominante era: pão!, pão!, e ao refletir, de regresso à casa, sobre o que tinha ouvido, convenci-me, mais do que nunca, da importância do imperialismo... A idéia que acalento representa a solução do problema social: para salvar os 40 milhões de habitantes do Reino Unido de uma mortífera guerra civil, nós, os políticos coloniais, devemos apoderar-nos de novos territórios; para eles enviaremos o excedente de população e neles encontraremos novos mercados para os produtos das nossas fábricas e das nossas minas. O império, sempre o tenho dito, é uma questão de estômago. Se quereis evitar a guerra civil, deveis tornar-vos imperialistas”⁸².

Assim falava em 1895 Cecil Rhodes, milionário, rei da finança e principal responsável da guerra anglo-boer. Esta defesa do imperialismo é simplesmente um pouco grosseira, cínica, mas, no fundo, não se diferencia da teoria dos senhores Máslov, Südekum, Potréssov, David, do fundador do marxismo russo etc. etc. Cecil Rhodes era um social-chauvinista um pouco mais honesto...

Para dar um panorama o mais exato possível da partilha territorial do globo e das mudanças ocorridas, sob este aspecto, durante as últimas décadas, utilizaremos os resumos que Supan fornece na obra mencionada sobre as possessões coloniais de todas as potências do mundo. O autor compara os anos 1876 e 1900; nós tomaremos o ano de 1876 — ponto de referência muito acertadamente escolhido, já que se pode considerar, em termos gerais, ser precisamente então que termina o desenvolvimento do capitalismo da Europa Ocidental na sua fase pré-monopolista — e o ano de 1914, substituindo os números de Supan pelos mais recentes de Hübner, que extraímos das suas *Tábuas Geográfico-Estatísticas*. Supan estuda só as colônias; nós consideramos útil (para que o quadro da partilha do mundo seja completo) acrescentar uns breves dados sobre os países não-coloniais e as semicolônias, entre as quais incluímos a Pérsia, a China e a Turquia: o primeiro destes países já se transformou quase completamente em colônia; o segundo e o terceiro estão a caminho de se converterem.

⁸² Ibidem, pág. 304.

O IMPERIALISMO

Como resultado, obteremos o seguinte:

Possessões coloniais das grandes potências em milhões de quilômetros quadrados e em milhões de habitantes

	Colônias				Metrópoles		Total	
	1876		1914		1914		1914	
	Km ²	Hab.						
Inglaterra	22,5	251,9	33,5	393,5	0,3	46,5	33,8	440,0
Rússia	17,0	15,9	17,4	33,2	5,4	136,2	22,8	169,4
França	0,9	6,0	10,6	55,5	0,5	39,6	11,1	95,1
Alemanha	—	—	2,9	12,3	0,5	64,9	3,4	77,2
EUA	—	—	0,3	9,7	9,4	97,0	9,7	106,7
Japão	—	—	0,3	19,2	0,4	53,0	0,7	72,2
Total *	40,4	273,8	65,0	523,4	16,5	437,2	81,5	960,6
Colônias das outras potências (Bélgica, Holanda etc.)							9,9	45,3
Semicolônias (Pérsia, China, Turquia)							14,5	361,2
Outros países							28,0	289,9
Toda a Terra							133,9	1.657,0

* Para as 6 grandes potências

Vê-se claramente como no final do século XIX e começo do século XX já tinha terminado a partilha do mundo. As possessões coloniais aumentaram em proporções gigantescas depois de 1876: em mais de uma vez e meia, de 40 para 65 milhões de quilômetros quadrados, para as seis potências mais importantes; o aumento é de 25 milhões de quilômetros quadrados, uma vez e meia mais do que a superfície das metrópoles (16,5 milhões). Três potências não possuíam colônias em 1876 e uma quarta, a França, quase não as tinha. No ano de 1914 essas quatro potências tinham adquirido colônias com uma superfície de 14,1 milhões de quilômetros quadrados, isto é, cerca de uma vez e meia mais que a superfície da Europa, com uma população de quase 100 milhões de habitantes. A desigualdade na expansão colonial é muito grande. Se compararmos, por exemplo, a França, a Alemanha e o Japão, que não são muito diferentes quanto à superfície e ao número de habitantes, verificamos que o primeiro desses países adquiriu quase três vezes mais colônias (do ponto de vista da superfície) do que o segundo e o terceiro juntos. Mas pela importância do capital financeiro, a França, no começo do período considerado era talvez também várias vezes mais rica do que a Alemanha e o Japão juntos. A extensão das possessões coloniais

não depende só das condições puramente econômicas, mas também, na base destas, das condições geográficas etc. etc. Por mais vigoroso que tenha sido, durante as últimas décadas o nivelamento do mundo, a igualização das condições econômicas e da vida dos diferentes países sob a pressão da grande indústria, da troca e do capital financeiro, a diferença continua a ser, no entanto, respeitável, e entre os seis países indicados encontramos, por um lado, países capitalistas jovens, que progrediram com uma rapidez extraordinária (a América, a Alemanha e o Japão); por outro lado, há países capitalistas velhos que, durante os últimos anos, progrediram muito mais lentamente do que os anteriores (a França e a Inglaterra); em terceiro lugar figura um país, o mais atrasado do ponto de vista econômico (a Rússia), no qual o imperialismo capitalista moderno se encontra envolvido, por assim dizer, numa rede particularmente densa de relações pré-capitalistas.

Ao lado das possessões coloniais das grandes potências colocamos as colônias menos importantes dos Estados pequenos, que são, por assim dizer, o objetivo imediato da nova partilha das colônias, partilha possível e provável. A maior parte desses Estados pequenos conserva as suas colônias unicamente graças ao fato de existirem conflitos de interesses entre as grandes potências que dificultam um acordo para a partilha do saque. Quanto aos Estados semicoloniais, dão-nos um exemplo das formas de transição que encontramos em todas as esferas da natureza e da sociedade. O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais, que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa, como veremos a seguir. Mas, compreende-se, a subordinação mais lucrativa e cômoda para o capital financeiro é uma subordinação *tal* que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos. Os países semicoloniais são típicos, neste sentido, como caso intermédio. Compreende-se, pois, que a luta por esses países semidependentes se tenha forçosamente exacerbado, principalmente na época do capital financeiro, quando o resto do mundo já se encontrava repartido.

A política colonial e o imperialismo já existiam antes da fase máis recente do capitalismo e até antes do capitalismo. Roma, baseada na escravatura, manteve uma política colonial e exerceu o imperialis-

mo. Mas as considerações gerais sobre o imperialismo, que esquecem ou relegam para segundo plano as diferenças radicais entre as formações econômico-sociais, degeneram inevitavelmente em trivialidades ocas ou em jactâncias, tais como a de comparar a grande Roma com a Grã-Bretanha⁸³. Mesmo a política colonial capitalista das fases anteriores do capitalismo é essencialmente diferente da política colonial do capital financeiro.

→ A particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões. Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos *todas* as fontes de matérias-primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas se esforçam por retirar do adversário toda a possibilidade de concorrência, por adquirir, por exemplo, as terras que contêm minério de ferro, os jazigos de petróleo etc. A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias.

“Pode-se arriscar a afirmação — escreve Schilder —, que a alguns parecerá paradoxal, de que o crescimento da população urbana e industrial, num futuro mais ou menos próximo, pode encontrar mais obstáculos na insuficiência de matérias-primas para a indústria do que na de produtos alimentícios”. É assim que, por exemplo, se acentua a escassez de madeira (que vai encarecendo cada vez mais), de peles e de matérias-primas para a indústria têxtil. “As associações de industriais tentam estabelecer o equilíbrio entre a agricultura e a indústria no quadro de toda a economia mundial; como exemplo pode citar-se a União Internacional das Associações de Fabricantes de Tecidos de Algodão, que reúne alguns dos países industriais mais importantes, fundada em

⁸³ C. P. Lucas, *Greater Rome and Greater Britain*, Oxf., 1912; ou Earl of Cromer, *Asiente and Modern Imperialisme*, L., 1910.

1904, e a União Européia de Associações de Fabricantes de Tecidos de Linho, constituída em 1910 à imagem da anterior”⁸⁴.

Claro que os reformistas burgueses, e entre eles, sobretudo, os kautskistas atuais, procuram atenuar a importância desses fatos, afirmando que as matérias-primas poderiam ser adquiridas no mercado livre sem uma política colonial cara e perigosa, que a oferta de matérias-primas poderia ser aumentada em proporções gigantescas com o simples melhoramento das condições da agricultura em geral. Mas essas afirmações convertem-se numa apologia do imperialismo, no seu embelezamento, pois baseiam-se no esquecimento da particularidade principal do capitalismo contemporâneo: os monopólios. O mercado livre passa cada vez mais para o domínio da história, os sindicatos e *trusts* monopolistas o reduzem dia a dia, e o simples melhoramento das condições da agricultura traduz-se no melhoramento da situação das massas, na elevação dos salários e na diminuição dos lucros. Onde existem, a não ser na fantasia dos reformistas melífluos, *trusts* capazes de se preocuparem com a situação das massas, e não com a conquista de colônias?

Para o capital financeiro não são apenas as fontes de matérias-primas já descobertas que têm importância, mas também as possíveis, pois a técnica avança, nos nossos dias, com uma rapidez incrível, e as terras hoje não-aproveitáveis podem tornar-se amanhã terras úteis, se forem descobertos novos métodos (para cujo efeito um banco importante pode enviar uma expedição especial de engenheiros, agrônomos etc.), se forem investidos grandes capitais. O mesmo acontece com a exploração de riquezas minerais, com os novos métodos de elaboração e utilização de tais ou tais matérias-primas etc. etc. Daí a tendência inevitável do capital financeiro para ampliar o seu território econômico e até o seu território em geral. Do mesmo modo que os *trusts* capitalizam os seus bens atribuindo-lhes o dobro ou o triplo do seu valor, tomando em consideração os lucros possíveis no futuro (e não os lucros presentes) e tendo em conta os resultados ulteriores do monopólio, o capital financeiro manifesta a tendência geral para se apoderar das maiores extensões possíveis de território, seja ele qual for, encontre-se onde se encontrar, por qualquer meio, pensando nas fontes possíveis de matérias-primas e temendo ficar para trás na luta furiosa para alcançar

⁸⁴ Schielder, Op. Cit., págs. 38 e 42.

as últimas parcelas do mundo ainda não repartidas ou por conseguir uma nova partilha das já repartidas.

Os capitalistas ingleses procuram por todos os meios ampliar a produção de algodão na *sua* colônia, o Egito (em 1904, dos 2.300.000 hectares de terra cultivada no Egito, 600.000, isto é, mais da quarta parte, eram destinados a algodão); os russos fazem o mesmo no Turquistão, que é uma colônia *sua*. Deste modo, torna-se mais fácil vencer os seus concorrentes estrangeiros, torna-se mais fácil monopolizar as fontes de matérias-primas, criar um *trust* têxtil mais econômico e mais lucrativo, com produção combinada, que concentre numa só mão *todas* as fases da produção e da transformação do algodão.

Os interesses da exportação de capitais levam do mesmo modo à conquista de colônias, pois no mercado colonial é mais fácil (e por vezes só nele é possível), utilizando meios monopolistas, suprimir o concorrente, garantir encomendas, consolidar as relações necessárias etc.

A superestrutura extra-econômica que se ergue sobre a base do capital financeiro, a política e a ideologia deste, reforçam a tendência para as conquistas coloniais. “O capital financeiro não quer a liberdade, mas a dominação” — diz com razão Hilferding. E um escritor burguês da França, como se ampliasse e completasse as idéias de Cecil Rhodes que citamos acima, afirma que é necessário juntar as causas de ordem social às causas econômicas da política colonial contemporânea: “em consequência das crescentes dificuldades da vida, que não atingem só as multidões operárias, mas também as classes médias, em todos os países de velha civilização estão a acumular-se impaciências, rancores e ódios que ameaçam a paz pública; energias desviadas do seu meio social, que é preciso captar para as empregar fora do país, se não quisermos que explodam no interior”⁸⁵.

✓Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas *transitórias* de dependência estatal. Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países — os que possuem colônias e as colônias —, mas também as formas variadas de países dependentes que, de

⁸⁵ Wahl, *La France aux Colonies*, cit. por Henri Russier, *Le Partage de l'Océanie*, P., 1905, pág. 165.

um ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que, na realidade, se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática. Uma destas formas, a semicolônia, já indicamos anteriormente. Modelo de outra forma é, por exemplo, a Argentina.

“A América do Sul, e sobretudo a Argentina — diz Schulze-Gaevernitz, no seu livro sobre imperialismo britânico —, encontra-se em tal dependência financeira em relação a Londres que quase a devemos qualificar de colônia comercial inglesa”⁸⁶. Segundo Schilder, os capitais investidos pela Inglaterra na Argentina, de acordo com os dados fornecidos em 1909 pelo cônsul austro-húngaro em Buenos Aires, ascendiam a 8 bilhões e 750 milhões de francos. Não é difícil imaginar as fortes relações que isto assegura ao capital financeiro — e à sua fiel *amiga*, a diplomacia — da Inglaterra com a burguesia da Argentina, com os círculos dirigentes de toda a sua vida econômica e política.

O exemplo de Portugal mostra-nos uma forma um pouco diferente de dependência financeira e diplomática, ainda que conservando a independência política. Portugal é um Estado independente, soberano, mas, na realidade, há mais de duzentos anos, desde a Guerra da Sucessão da Espanha (1701-1714), está sob o protetorado da Inglaterra. A Inglaterra defendeu-o e defendeu as possessões coloniais portuguesas, para reforçar as suas próprias posições na luta contra os seus adversários: a Espanha e a França. A Inglaterra obteve em troca vantagens comerciais, melhores condições para a exportação de mercadorias e, sobretudo, para a exportação de capitais para Portugal e suas colônias, pôde utilizar os portos e as ilhas de Portugal, os seus cabos telegráficos etc. etc.⁸⁷. Este gênero de relações entre grandes e pequenos Estados sempre existiu, mas na época do imperialismo capitalista tornam-se sistema geral, entram, como um elemento entre tantos outros, na formação do conjunto de relações que regem a partilha do mundo, passam a ser elos da cadeia de operações do capital financeiro mundial.

Para terminar com o que diz respeito à partilha do mundo, devemos notar ainda o seguinte: não só as publicações americanas depois da

⁸⁶ Schulze-Gaevernitz, *Britischer Imperialismus und Englischer Freihandel zu Beginn des 20-ten Jahrhunderts*, Lpz., 1906, pág. 318. O mesmo diz Sartorius von Waltershausen, *Das Volkswirtschaftliche System der Kapitalanlage im Auslande*, Berlim, 1907, pág. 46.

⁸⁷ Schilder, *Op. Cit.*, t. I, págs. 160 e 161.

guerra hispano-americana e as inglesas depois da guerra anglo-boer, apresentaram o assunto de um modo completamente aberto e definido no final do século XIX e começo do século XX; não só as publicações alemãs, que seguiam de maneira mais zelosa o desenvolvimento do imperialismo britânico, têm apreciado sistematicamente este fato. Também as publicações burguesas da França apresentaram a questão de modo suficientemente claro e amplo, na medida em que isso é possível de um ponto de vista burguês. Fazemos referência ao historiador Driault, autor de *Problemas Políticos e Sociais de Fins do Século XIX*, que diz o seguinte, no capítulo sobre “as grandes potências e a partilha do mundo”: “Nestes últimos anos, todos os territórios livres do globo, com exceção da China, foram ocupados pelas potências da Europa ou pela América do Norte. Produziram-se, com base nisto, alguns conflitos e transferências de influência, precursoras de transformações mais terríveis num futuro próximo. Porque é preciso andar depressa: as nações que não se abasteceram correm o risco de não o conseguirem nunca e de não tomarem parte na exploração gigantesca do globo, que será um dos fatos mais essenciais do próximo século (isto é, do século XX). Eis porque toda a Europa e a América se viram recentemente presas da febre de expansão colonial do imperialismo, que é a característica mais notável do final do século XIX”. E o autor acrescenta: “Com essa partilha do mundo, com essa corrida furiosa atrás das riquezas e dos grandes mercados da Terra, a força relativa dos impérios criados neste século XIX já não tem qualquer proporção com o lugar que ocupam na Europa as nações que os criaram. As potências predominantes na Europa, que são os árbitros dos seus destinos, não predominam igualmente no mundo. E como o poderio colonial, esperança de riquezas ainda não calculadas, se repercutirá evidentemente na força relativa dos Estados europeus, a questão colonial — o imperialismo, se assim preferirmos chamar-lhe —, que já modificou as condições políticas da própria Europa, as modificará cada vez mais”⁸⁸.

⁸⁸ J. E. Driault, *Problèmes Politiques et Sociaux*, P., 1900, pág. 299.

VII

O IMPERIALISMO FASE PARTICULAR DO CAPITALISMO

Precisamos agora tentar fazer um balanço, resumir o que dissemos acima sobre o imperialismo. O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os *trusts* e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam bilhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições e conflitos de interesses particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior.

Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, deveria-se dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos

monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido.

Mas as definições excessivamente breves, se bem que cômodas, pois contêm o principal, são insuficientes, já que é necessário extrair delas especialmente traços muito importantes do que é preciso definir. Por isso, sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.

Mais adiante veremos como se pode e deve definir de outro modo o imperialismo, se tivermos em conta não só os conceitos fundamentais puramente econômicos (aos quais se limita a definição que demos), mas também o lugar histórico que esta fase do capitalismo ocupa relativamente ao capitalismo em geral, ou a relação entre o imperialismo e as duas tendências fundamentais do movimento operário. O que é preciso considerar é que, interpretado no sentido referido, o imperialismo representa em si, indubitavelmente, uma fase particular de desenvolvimento do capitalismo. Para dar ao leitor uma idéia o mais fundamentada possível do imperialismo, procuramos deliberadamente reproduzir o

maior número de opiniões de economistas *burgueses* que se viram obrigados a reconhecer os fatos da economia capitalista moderna, estabelecidos de maneira particularmente incontroversa. Com o mesmo fim, reproduzimos dados estatísticos minuciosos que permitem ver até que ponto cresceu o capital bancário etc., que expressão concreta teve a transformação da quantidade em qualidade, a transição do capitalismo desenvolvido para o imperialismo. Desnecessário é dizer, evidentemente, que na natureza e na sociedade todos os limites são convencionais e mutáveis, que seria absurdo discutir, por exemplo, sobre o ano ou a década precisos em que se instaurou definitivamente o imperialismo.

Mas, sobre a definição do imperialismo, vemo-nos obrigados a discutir sobretudo com K. Kautsky, o principal teórico marxista da época da chamada II Internacional, isto é, dos vinte e cinco anos compreendidos entre 1889 e 1914. Kautsky pronunciou-se decididamente em 1915, e mesmo em novembro de 1914, contra as idéias fundamentais expressas na nossa definição do imperialismo, declarando que por imperialismo se deve entender não uma fase ou um grau da economia, mas uma política, e uma política determinada, a política preferida pelo capital financeiro; que não se pode identificar o imperialismo com o capitalismo contemporâneo, que, se a noção de imperialismo abarca todos os fenômenos do capitalismo contemporâneo — cartéis, protecionismo, dominação dos financeiros, política colonial —, então o problema da necessidade do imperialismo, para o capitalismo, transforma-se na tautologia mais trivial, pois nesse caso, naturalmente, o imperialismo é uma necessidade vital para o capitalismo etc. Expressaremos com a máxima exatidão o pensamento de Kautsky se reproduzirmos a sua definição do imperialismo, diametralmente oposta à essência das idéias que nós expomos (pois as objeções procedentes do campo dos marxistas alemães que defenderam idéias semelhantes durante longos anos, são conhecidas desde há muito por Kautsky como objeções de uma corrente determinada do marxismo).

A definição de Kautsky é a seguinte:

“O imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido. Consiste na tendência de toda nação capitalista industrial

para submeter ou anexar cada vez mais regiões *agrárias* (o sublinhado é de Kautsky), quaisquer que sejam as nações que as povoam”⁸⁹.

Esta definição não serve absolutamente para nada, visto que destaca de um modo unilateral, isto é, arbitrário, apenas o problema nacional (se bem que seja da maior importância, tanto em si como na sua relação com o imperialismo), relacionando-o arbitrariamente e *erradamente* só com o capital industrial dos países que anexam outras nações, e colocando em primeiro plano, da mesma forma arbitrariamente e errada, a anexação das regiões agrárias.

O imperialismo é uma tendência para as anexações; eis a que se reduz a parte *política* da definição de Kautsky. É justa, mas extremamente incompleta, pois no aspecto político o imperialismo é, em geral, uma tendência para a violência e para a reação. Mas o que neste caso nos interessa é o aspecto *econômico* que o próprio Kautsky introduziu na *sua* definição. As inexatidões da definição de Kautsky saltam à vista. O que é característico do imperialismo não é precisamente o capital industrial, *mas* o capital financeiro. Não é um fenômeno casual o fato de, na França, precisamente o desenvolvimento particularmente rápido do capital *financeiro*, que coincidiu com um enfraquecimento do capital industrial, ter provocado, a partir da década de 80 do século passado, uma intensificação extrema da política anexionista (colonial). O que é característico do imperialismo é precisamente a tendência para a anexação não só das regiões agrárias, mas também das mais industriais (apetites alemães a respeito da Bélgica, dos franceses quanto à Lorena), pois, em primeiro lugar, estando já concluída a divisão do globo, isso obriga, para fazer uma *nova partilha*, a estender a mão sobre todo tipo de territórios; em segundo lugar, faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia, isto é, a apoderarem-se de territórios não tanto diretamente para si, como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia (para a Alemanha, a Bélgica tem uma importância especial como ponto de apoio contra a Inglaterra; para a Inglaterra, Bagdá serve como ponto de apoio contra a Alemanha etc.).

Kautsky remete-se particularmente — e repetidas vezes — aos ingleses que, diz ele, formularam a significação puramente política da pa-

⁸⁹ *Die Neue Zeit*, 1914, 2 (B. 32), pág. 909, 11 de setembro de 1914; cf. 1915, 2, págs. 107 e segs.

lavra “imperialismo”, no sentido em que ele a entende. Tomamos o inglês Hobson e lemos no seu livro *O Imperialismo*, publicado em 1902:

“O novo imperialismo distingue-se do velho, primeiro porque, em vez da aspiração de um só império crescente, segue a teoria e a prática de impérios rivais, cada um deles guiando-se por idênticos apetites de expansão política e de lucro comercial; segundo, porque os interesses financeiros, ou relativos ao investimento de capital, predominam sobre os interesses comerciais”⁹⁰.

Como vemos, Kautsky não tem de fato razão alguma ao remeter-se aos ingleses em geral (os únicos a que poderia remeter-se seriam os imperialistas ingleses vulgares ou os apologistas declarados do imperialismo). Vemos que Kautsky, que pretende continuar a defender o marxismo, na realidade, dá um passo atrás em relação ao *social-liberal* Hobson, o qual tem em conta, com mais acerto do que ele, as duas particularidades históricas concretas (Kautsky, com a sua definição, troça precisamente do carácter histórico concreto!) do imperialismo contemporâneo: 1. concorrência de vários imperialismos; 2. predomínio do financeiro sobre o comerciante. Se o essencial consiste em que um país industrial anexa um país agrário, então atribui-se o papel principal ao comerciante.

A definição de Kautsky, além de ser errada e de não ser marxista, serve de base a todo um sistema de concepções que rompem em toda a linha com a teoria marxista e com a atuação prática marxista de que falaremos mais adiante. Carece absolutamente de seriedade a discussão de palavras promovida por Kautsky: como se deve qualificar a fase atual do capitalismo: de imperialismo ou de fase do capital financeiro? Chame-se a isso como se queira, é indiferente. O essencial é que Kautsky separa a política do imperialismo da sua economia, falando das anexações como da política preferida pelo capital financeiro, e opondo a ela outra política burguesa possível, segundo ele, sobre a mesma base do capital financeiro. Conclui-se que os monopólios, na economia, são compatíveis com o modo de atuar não-monopolista, não-violento, não-anexionista, em política. Conclui-se que a partilha territorial do mundo, terminada precisamente na época do capital financeiro, e que é a base da peculiaridade das formas atuais de rivalidade entre os maiores Estados capitalistas, é compatível com uma política não-imperialista. Daqui

⁹⁰ Hobson, *Imperialism*, L., 1902, pág. 324.

resulta que, deste modo, se dissimulam, se ocultam as contradições mais fundamentais da fase atual do capitalismo, em vez de as pôr a descoberto em toda a sua profundidade; daqui resulta reformismo burguês em vez de marxismo.

Kautsky discute com Cunow, apologista alemão do imperialismo e das anexações, que discorre de uma maneira grosseira e cínica: o imperialismo é o capitalismo contemporâneo; o desenvolvimento do capitalismo é inevitável e progressivo; por conseguinte, o imperialismo é progressivo; por conseguinte devemos prostrar-nos diante do imperialismo e glorificá-lo! Este raciocínio parece-se, de certo modo, com a caricatura dos marxistas russos que os populistas faziam nos anos de 1894 e 1895; se os marxistas consideram que o capitalismo é inevitável e progressivo na Rússia, diziam os populistas, devem dedicar-se a abrir tabernas e a fomentar o capitalismo.

Kautsky faz objeção a Cunow: não, o imperialismo não é o capitalismo contemporâneo, mas apenas uma das formas da sua política; podemos e devemos lutar contra essa política, lutar contra o imperialismo, contra as anexações etc. A objeção, completamente plausível na aparência, equivale, na realidade, a uma defesa mais sutil, mais velada (e por isso mesmo mais perigosa), da conciliação com o imperialismo, pois uma luta contra a política dos *trusts* e dos bancos que deixe intactas as bases da economia de uns e outros não passa de reformismo e pacifismo burgueses, não vai além das boas e inofensivas intenções. Voltar as costas às contradições existentes e esquecer as mais importantes, em vez de as descobrir em toda a sua profundidade: é isso a teoria de Kautsky, o que nada tem a ver com o marxismo. E, naturalmente, semelhante teoria, não procura outro fim que não seja defender a idéia da unidade com os Cunow!

“Do ponto de vista puramente econômico — escreve Kautsky —, não está excluído que o capitalismo passe ainda por uma nova fase: a aplicação da política dos cartéis à política externa, a fase do ultra-imperialismo”⁹¹, isto é, o superimperialismo, a união dos imperialismos de todo o mundo, e não a luta entre eles, a fase da cessação das guerras

⁹¹ *Die Neue Zeit*, 1914, 2 (B. 32), pág. 921, 11 de setembro de 1914; cf. 1915, 2, págs. 107 e segs.

sob o capitalismo, a fase da “exploração geral do mundo pelo capital financeiro, unido internacionalmente”⁹².

Será preciso que nos detenhamos mais adiante nesta teoria do ultra-imperialismo com o fim de demonstrar em pormenor até que ponto ela rompe irremediável e decididamente com o marxismo. O que aqui devemos fazer, de acordo com o plano geral do nosso trabalho, é passar uma vista de olhos pelos dados econômicos precisos relativos a este problema. Será possível o ultra-imperialismo do ponto de vista puramente econômico, ou será isto um ultradisparate?

Se por ponto de vista puramente econômico se entende a pura abstração, tudo o que se pode dizer reduz-se à tese seguinte: o desenvolvimento vai na direção do monopólio; portanto, vai na direção do monopólio mundial único, de um *trust* mundial único. Isto é indiscutível, mas ao mesmo tempo é uma perfeita vacuidade, como seria o dizer-se que o desenvolvimento vai no sentido da produção dos artigos alimentares em laboratórios. Neste sentido, a teoria do ultra-imperialismo é tão absurda como seria a teoria da ultra-agricultura.

Mas se falamos das condições puramente econômicas da época do capital financeiro como de uma época historicamente concreta, localizada nos princípios do século XX, a melhor resposta às abstrações mortas do ultra-imperialismo (que servem exclusivamente um propósito dos mais reacionários: desviar a atenção das profundas contradições existentes) é contrapor-lhes a realidade econômica concreta da economia mundial moderna. As ocas divagações de Kautsky sobre o ultra-imperialismo estimulam, entre outras coisas, a idéia profundamente errada, que leva a água ao moinho dos apologistas do imperialismo, de que a dominação do capital financeiro *atenua* a desigualdade e as contradições da economia mundial, quando, na realidade, o que faz é *acentuá-las*.

R. Calwer, no opúsculo *Introdução à Economia Mundial*⁹³, procurou resumir os principais dados puramente econômicos que permitem ter uma idéia concreta das relações dentro da economia mundial no final do século XIX e começo do século XX. Calwer divide o mundo em cinco regiões econômicas principais: 1. a da Europa Central (toda a Europa, com exceção da Rússia e da Inglaterra); 2. a britânica; 3. a da

⁹² Ibidem, 1915, 1, pág. 144, 30 de abril de 1915.

⁹³ R. Colwer, *Einführung in die Weltwirtschaft*, Berlim, 1906.

Rússia; 4. a oriental asiática, e 5. a americana, incluindo as colônias nas regiões dos Estados a que pertencem e deixando de lado, alguns países não incluídos nas regiões, por exemplo: a Pérsia, o Afeganistão e a Arábia, na Ásia; Marrocos e a Abissínia, na África etc.

O seguinte quadro reflete, de forma resumida, os dados econômicos sobre as regiões citadas fornecidos pelo referido autor.

Principais regiões econômicas do mundo	Superfície ¹	População ²	Meios de comunicação		Comércio Importações e exportações ⁵	Indústria		
			Vias férreas ³	Marinha mercante ⁴		Hulha ⁶	Gusa ⁷	Fusos na indústria algodoeira ⁸
1. da Europa Central	27,6 (23,6)	388 (146)	204	8	41	251	15	26
2. Britânica	28,9 (28,6)	398 (355)	140	11	25	249	9	51
3. da Rússia	22	131	63	1	3	16	3	7
4. Oriental asiática	12	389	8	1	2	8	0,02	2
5. Americana	30	148	379	6	14	245	14	19

¹ em milhões de km²

² em milhões de habitantes

³ em milhares de km.

⁴ em milhões de toneladas

⁵ em bilhões de marcos

⁶ em milhões de toneladas

⁷ em milhões de toneladas

⁸ em milhões

Os números entre parêntesis indicam a extensão e população das colônias.

Vemos três regiões com um capitalismo altamente desenvolvido (alto desenvolvimento dos meios de comunicação, do comércio e da indústria): a da Europa Central, a britânica e a americana. Entre elas, três Estados que exercem o domínio do mundo: a Alemanha, a Inglaterra e os Estados Unidos. A rivalidade imperialista e a luta entre esses Estados encontram-se extremamente exacerbadas em virtude de a Alemanha dispor de uma região insignificante e de poucas colônias; a criação de uma Europa Central é ainda coisa do futuro e nasce por meio de uma luta desesperada. De momento, o traço característico de toda a Europa é o fracionamento político. Nas regiões britânica e americana, pelo contrário, é muito elevada a concentração política, mas há uma desproporção enorme entre a imensidão das colônias da primeira e a insignificância das que a segunda possui. E nas colônias o capitalismo apenas começa a desenvolver-se. A luta pela América do Sul vai-se exacerbando cada dia mais.

Há duas regiões nas quais o capitalismo está fracamente desenvolvido: a da Rússia e a asiática oriental. Na primeira, a densidade da população é extremamente fraca; na segunda, é elevadíssima; na primeira, a concentração política é grande; na segunda não existe. A partilha da China mal começou, e a luta entre o Japão, os Estados Unidos etc., para se apoderarem dela é cada vez mais intensa.

Comparemos esta realidade — a grande variedade de condições econômicas e políticas, a desproporção extrema na rapidez de desenvolvimento dos diferentes países etc., a luta furiosa entre os Estados imperialistas — com a ingênua fábula de Kautsky sobre o ultra-imperialismo pacífico. Não será isto a tentativa reacionária de um filisteu assustado que quer esconder-se da terrível realidade? Será que os cartéis internacionais, nos quais Kautsky vê os germes do ultra-imperialismo (do mesmo modo que a produção de comprimidos nos laboratórios poderia qualificar-se de embrião da ultra-agricultura), não nos mostram o exemplo da divisão e de uma *nova partilha* do mundo, a transição da partilha pacífica para a não-pacífica, e inversamente? Será que o capital financeiro americano e o de outros países, que dividiram pacificamente entre eles todo o mundo, com a participação da Alemanha, por exemplo, no sindicato internacional dos carris de ferro ou no *trust* internacional da marinha mercante, não *redividem* hoje em dia o mundo com base na nova correlação de forças, correlação que se modifica de uma maneira que nada tem de pacífica?

O capital financeiro e os *trusts* não atenuam, antes acentuam, a diferença entre o ritmo de crescimento dos diferentes elementos da economia mundial. E se a correlação de forças mudou, como podem resolver-se as contradições, *sob o capitalismo*, a não ser *pela força*? A estatística das vias férreas⁹⁴ proporciona dados extraordinariamente exatos sobre a diferença de ritmo quanto ao crescimento do capitalismo e do capital financeiro em toda a economia mundial. Durante as últimas décadas de desenvolvimento imperialista, a extensão das vias férreas alterou-se do seguinte modo:

⁹⁴ *Statistisches Jahrbuch für das Deutsche Reich*, 1915; *Archiv für Eisenbahnwesen*, 1892. No que se refere a 1890, foi preciso determinar aproximadamente algumas pequenas particularidades sobre a distribuição das vias férreas entre as colônias dos diferentes países.

Vias férreas em milhares de quilômetros

	1890		1913		Aumento	
Europa	224		346		122	
EUA	268		411		143	
Conjunto das colônias	82	⇒ 125	210	⇒ 347	128	⇒ 222
Ásia e América*	43		137		94	
Total	617		1.104			

* Estados independentes ou semi-independentes

As vias férreas desenvolveram-se, pois, com a maior rapidez nas colônias e nos Estados independentes (e semi-independentes) da Ásia e da América. É sabido que o capital financeiro dos quatro ou cinco Estados capitalistas mais importantes ordena e manda ali de modo absoluto. Duzentos mil quilômetros de novas vias férreas nas colônias e em outros países da Ásia e América significam mais de 40 bilhões de marcos de novos investimentos de capital em condições particularmente vantajosas, com garantias especiais de rendimento, com encomendas lucrativas para as fundições de aço etc. etc.

Onde o capitalismo cresce mais rapidamente é nas colônias e nos países do ultramar. Entre eles aparecem *novas* potências imperialistas (o Japão). A luta entre os imperialistas mundiais agrava-se. Aumenta o tributo que o capital financeiro recebe das empresas coloniais e do ultramar, particularmente lucrativas. Na partilha deste saque, uma parte excepcionalmente grande vai para países que nem sempre ocupam um dos primeiros lugares do ponto de vista do ritmo de desenvolvimento das forças produtivas. Nas potências mais importantes, consideradas juntamente com as suas colônias, a extensão das vias férreas era a seguinte:

Em milhares de quilômetros

	1890	1913	Aumento
EUA	268	413	145
Império Britânico	107	208	101
Rússia	32	78	46
Alemanha	43	68	25
França	41	63	22
Total para as 5 potências	491	830	339

Portanto, cerca de 80% de todas as vias férreas encontram-se concentradas nas cinco potências mais importantes. Mas a concentração da *propriedade* das referidas vias, a concentração do capital financeiro, é ainda incomparavelmente maior, porque, por exemplo, a imensa maioria das ações e obrigações das estradas de ferro americanas, russas e de outros países pertence aos milionários ingleses e franceses.

Graças às suas colônias, a Inglaterra aumentou a sua rede ferroviária em 100.000 quilômetros, quatro vezes mais do que a Alemanha. Contudo, todos sabem que o desenvolvimento das forças produtivas da Alemanha neste mesmo período, e sobretudo o desenvolvimento da produção hulheira e siderúrgica, foi incomparavelmente mais rápido do que na Inglaterra, sem falar na França e na Rússia. Em 1892, a Alemanha produziu 4,9 milhões de toneladas de gusa, contra 6,8 da Inglaterra, enquanto em 1912 produzia 17,6 contra 9,0, isto é, uma superioridade gigantesca sobre a Inglaterra!⁹⁵. Perante isto, é de perguntar: *no terreno do capitalismo*, que outro meio poderia haver, a não ser a guerra, para eliminar a desproporção existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital, por um lado, e, por outro lado, a partilha das colônias e das esferas de influência do capital financeiro?

⁹⁵ Compare-se também com Edgar Crammond, "The Economic Relations of the British and German Empires", em *Journal of the Royal Statistical Society*, 1914, July, pág. 777 e segs.

VIII

O PARASITISMO E A DECOMPOSIÇÃO DO CAPITALISMO

Convém agora determo-nos noutro aspecto muito importante do imperialismo, ao qual, ao fazerem-se considerações sobre este tema, não se concede, na maior parte dos casos, a atenção devida. Um dos defeitos do marxista Hilferding consiste em ter dado, neste campo, um passo atrás em relação ao não-marxista Hobson. Referimo-nos ao parasitismo característico do imperialismo.

Como vimos, a base econômica mais profunda do imperialismo é o monopólio. Trata-se do monopólio capitalista, isto é, que nasceu do capitalismo e que se encontra no ambiente geral do capitalismo, da produção mercantil, da concorrência, numa contradição constante e insolúvel com esse ambiente geral. Mas, não obstante, como todo monopólio, o monopólio capitalista gera inevitavelmente uma tendência para a estagnação e para a decomposição. Na medida em que se fixam preços monopolistas, ainda que temporariamente, desaparecem até certo ponto as causas estimulantes do progresso técnico e, por conseguinte, de todo o progresso, de todo o avanço, surgindo assim, além disso, a possibilidade *econômica* de conter artificialmente o progresso técnico. Exemplo: nos Estados Unidos, um certo Owens inventou uma máquina que provocava uma revolução na fabricação de garrafas. O cartel alemão de fabricantes de garrafas comprou-lhe as patentes e guardou-as à chave, atrasando a sua aplicação. Naturalmente que, sob o capitalismo, o monopólio não pode nunca eliminar do mercado mundial, completamente e por um período muito prolongado, a concorrência (esta é, diga-se de passagem, uma das razões pelas quais a teoria do ultra-imperialismo é um absurdo). Naturalmente, a possibilidade de diminuir os gastos de produção e aumentar os lucros, implantando aperfeiçoamentos técnicos, atua a favor das modificações. Mas a *tendência* para a estagnação e para a decomposição, inerente ao monopólio, continua por

sua vez a operar e em certos ramos da indústria e em certos países há períodos em que consegue impor-se.

O monopólio da posse de colônias particularmente vastas, ricas ou favoravelmente situadas atua no mesmo sentido.

Continuemos. O imperialismo é uma enorme acumulação num pequeno número de países de um capital-dinheiro que, como vimos, atinge a soma de 100 a 150 bilhões de francos em valores. Daí o incremento extraordinário da classe ou, melhor dizendo, da camada dos *rentiers*, ou seja, de indivíduos que vivem do “corte de cupons”, que não participam em nada em nenhuma empresa, e cuja profissão é a ociosidade. A exportação de capitais, uma das bases econômicas mais essenciais do imperialismo, acentua ainda mais este divórcio completo entre o setor dos *rentiers* e a produção, imprime uma marca de parasitismo a todo país, que vive da exploração do trabalho de uns quantos países e colônias do ultramar.

“Em 1893 — diz Hobson —, o capital britânico investido no exterior representava cerca de 15% de toda a riqueza do Reino Unido”⁹⁶. Recordemos que, no ano de 1915, esse capital tinha aumentado aproximadamente duas vezes e meia. “O imperialismo agressivo — acrescenta mais adiante Hobson —, que tão caro custa aos contribuintes e tão pouca importância tem para o industrial e para o comerciante..., é fonte de grandes lucros para o capitalista que procura a maneira de investir o seu capital” (em inglês, esta noção exprime-se numa só palavra: *investor*, investidor, *rentier*). “Giffen, especialista em problemas de estatística, estima em 18 milhões de libras esterlinas (uns 170 milhões de rublos), calculando à razão de uns 2,5% sobre um movimento total de 800 milhões de libras, o rendimento anual que a Grã-Bretanha recebeu em 1899 do seu comércio externo e colonial”. Por maior que seja esta soma, não chega para explicar o imperialismo agressivo da Grã-Bretanha. O que o explica são os 90 ou 100 milhões de libras esterlinas que representam o rendimento do capital investido, o rendimento da camada dos *rentiers*.

O rendimento dos *rentiers* é cinco vezes maior que o rendimento do comércio externo do país mais comercial do mundo! Eis a essência do imperialismo e do parasitismo imperialista!

⁹⁶ Hobson, Op. Cit., pág. 59 e 62.

Por este motivo, a noção de Estado-*rentier* (*Rentnerstaat*), ou Estado usurário, torna-se de uso geral nas publicações econômicas sobre o imperialismo. O mundo ficou dividido num punhado de Estados usurários e numa maioria gigantesca de Estados devedores. “Entre o capital investido no estrangeiro — escreve Schulze-Gaevernitz — encontra-se, em primeiro lugar, o capital colocado nos países politicamente dependentes ou aliados: a Inglaterra faz empréstimos ao Egito, ao Japão, à China e à América do Sul. Em casos extremos, a sua esquadra desempenha as funções de oficial de diligências. A força política da Inglaterra coloca-a a coberto da indignação dos seus devedores”⁹⁷. Sartorius von Waltershausen, no seu livro *O Sistema Econômico de Investimentos de Capital no Estrangeiro*, apresenta a Holanda como modelo de Estado-*rentier* e indica que a Inglaterra e a França vão tomando também esse caráter⁹⁸. Na opinião de Schilder, existem cinco países industriais que são Estados credores bem definidos: Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e Suíça. Se não inclui a Holanda nesse grupo é unicamente por ser pouco industrial⁹⁹. Os Estados Unidos são credores apenas em relação à América.

“A Inglaterra — diz Schulze-Gaevernitz — converte-se paulatinamente de Estado industrial em Estado credor. Apesar do aumento absoluto da produção e da exportação industriais, cresce a importância relativa para toda a economia nacional das receitas procedentes dos juros e dividendos, das emissões, das comissões e da especulação. Em minha opinião é precisamente isto que constitui a base econômica do ascenso imperialista. O credor está mais solidamente ligado ao devedor do que o vendedor ao comprador”¹⁰⁰. Em relação à Alemanha, A. Lansburgh, diretor da revista berlinense *Die Bank*, escrevia o seguinte, em 1911, no artigo *A Alemanha, Estado-*rentier**: “Na Alemanha, as pessoas riem-se facilmente da tendência verificada na França para se transformar em *rentier*. Mas esquecem-se que, no que se refere à burguesia, as condições da Alemanha parecem-se cada vez mais com as da França”¹⁰¹.

⁹⁷ Schulze-Gaevernitz, *Britischer Imperialismus*, págs. 320 e outras.

⁹⁸ Sartorius von Waltershausen, *Das Volkswirtschaftliche System etc.*, Berlim, 1907, Buch IV.

⁹⁹ Schilder, pág. 393.

¹⁰⁰ Schulze-Gaevernitz, *Britischer Imperialismus*, pág. 122.

¹⁰¹ *Die Bank*, 1911, 1, págs. 10 e 11.

O Estado-*rentier* é o Estado do capitalismo parasitário e em decomposição, e esta circunstância não pode deixar de se refletir, tanto em todas as condições políticas e sociais dos países respectivos em geral, como nas duas tendências fundamentais do movimento operário em particular. Para o mostrar da maneira mais palpável possível, demos a palavra a Hobson, a testemunha mais segura, já que não pode ser suspeito de parcialidade pela ortodoxia marxista; por outro lado, sendo inglês, conhece bem a situação do país mais rico em colônias, em capital financeiro e em experiência imperialista.

Ao descrever, sob a impressão viva da guerra anglo-boer, os laços que unem o imperialismo aos interesses dos financeiros, o aumento dos lucros resultantes dos contratos, dos fornecimentos etc., Hobson dizia: “Os orientadores desta política nitidamente parasitária são os capitalistas; mas os mesmos motivos atuam também sobre categorias especiais de operários. Em muitas cidades, os ramos mais importantes da indústria dependem das encomendas do governo; o imperialismo dos centros da indústria metalúrgica e da construção naval depende em grande parte deste fato”. Circunstâncias de duas ordens, na opinião do autor, reduziram a força dos velhos impérios: 1. o parasitismo econômico e 2. a formação de exércitos com soldados dos povos dependentes. “A primeira é o costume do parasitismo econômico, pelo qual o Estado dominante utiliza as suas províncias, colônias e países dependentes para enriquecer a sua classe dirigente e subornar as classes inferiores para conseguir a sua aquiescência”.

Para que esse suborno se torne economicamente possível, seja qual for a forma pela qual se realize, é necessário — acrescentaremos por nossa conta — um elevado lucro monopolista.

No que se refere à segunda circunstância, Hobson diz: “Um dos sintomas mais estranhos da cegueira do imperialismo é a despreocupação com que a Grã-Bretanha, a França e outras nações imperialistas tomam este caminho. A Grã-Bretanha foi mais longe do que ninguém. A maior parte das batalhas com que conquistamos o nosso Império Indiano foram travadas por tropas indígenas; na Índia, como ultimamente no Egito, grandes exércitos permanentes encontram-se sob o comando de britânicos; quase todas as nossas guerras de conquista na África, com exceção do Sul, foram feitas para nós pelos indígenas”.

A perspectiva da partilha da China suscita em Hobson a seguinte apreciação econômica: “A maior parte da Europa ocidental poderia adquirir então o aspecto e o caráter que têm atualmente certas partes dos países que a compõem: o Sul da Inglaterra, a Riviera e as regiões da Itália e da Suíça mais freqüentadas pelos turistas e que são residência de gente rica, isto é, um punhado de ricos aristocratas que recebem dividendos e pensões do Extremo Oriente, com um grupo um pouco mais numeroso de empregados profissionais e comerciantes, e um número maior de serventes e de operários ocupados nos transportes e na indústria voltada para o acabamento de artigos manufaturados. Em contrapartida, os principais ramos da indústria desapareceriam, e os produtos alimentícios de grande consumo e os artigos semi-acabados correntes afluiriam como um tributo da Ásia e da África. Eis as possibilidades que abre diante de nós uma aliança mais vasta dos Estados ocidentais, uma federação européia das grandes potências: tal federação, longe de impulsionar a civilização mundial, poderia implicar um perigo gigantesco de parasitismo ocidental: formar um grupo de nações industriais avançadas, cujas classes superiores receberiam enormes tributos da Ásia e da África; isto lhes permitiria manter grandes massas de empregados e criados submissos, ocupados não na produção agrícola e industrial de artigos de grande consumo, mas no serviço pessoal ou no trabalho industrial secundário, sob o controle de uma nova aristocracia financeira. Que os que estão dispostos a menosprezar esta teoria” (deveria dizer-se perspectiva) “como indigna de ser examinada reflitam sobre as condições econômicas e sociais das regiões do Sul da Inglaterra atual, que se encontram nessa situação. Que pensem nas proporções enormes que poderia adquirir esse sistema se a China fosse submetida ao controle econômico de tais grupos financeiros, dos *investidores de capital*, dos seus agentes políticos e empregados comerciais e industriais, que retirariam lucros do maior depósito potencial que o mundo jamais conheceu com o fim de os consumirem na Europa. Naturalmente, a situação é excessivamente complexa, o jogo das forças mundiais é demasiado difícil de calcular para que seja muito verossímil essa ou outra previsão do futuro numa única direção. Mas as influências que governam o imperialismo da Europa ocidental na atualidade orientam-se nesse sentido, e se não chocarem com uma resistência, se não forem

desviadas para outra direção, avançarão precisamente para deste modo culminar este processo”¹⁰².

O autor tem toda razão: se as forças do imperialismo não deparassem com resistência, conduziriam inevitavelmente a isso mesmo. A significação dos Estados Unidos da Europa, na situação atual, imperialista, compreende-a Hobson acertadamente. Conviria apenas acrescentar que *também dentro* do movimento operário, os oportunistas, de momento vencedores na maioria dos países, trabalham de uma maneira sistemática e firme nesta direção. O imperialismo, que significa a partilha do mundo e a exploração não apenas da China, e implica lucros monopolistas elevados para um punhado de países muito ricos, gera a possibilidade econômica de subornar as camadas superiores do proletariado, e alimenta assim o oportunismo, dá-lhe corpo e reforça-o. Não se devem, contudo, esquecer as forças que se opõem ao imperialismo em geral e ao oportunismo em particular, e que, naturalmente, o social-liberal Hobson não pode ver.

O oportunista alemão Gerhard Hildebrand, em tempos expulso do partido pela sua defesa do imperialismo, e que na atualidade poderia ser chefe do chamado Partido Social-Democrata, da Alemanha, completa muito bem Hobson ao preconizar os Estados Unidos da Europa Ocidental (sem a Rússia) para empreender ações comuns... contra os negros africanos e contra o grande movimento islamita, para manter um forte exército e uma esquadra poderosa contra a coligação sino-japonesa¹⁰³ etc.

A descrição que Schulze-Gaevernitz faz do imperialismo britânico mostra-nos os mesmos traços de parasitismo. O rendimento nacional da Inglaterra duplicou aproximadamente entre 1865 e 1898, enquanto as receitas provenientes do exterior durante esse mesmo período aumentaram *nove vezes*. Se o mérito do imperialismo consiste em educar o negro para o trabalho (é impossível evitar a coerção...), o seu perigo consiste em que a Europa descarregue o trabalho físico — a princípio o agrícola e mineiro, depois o trabalho industrial mais rude — sobre os ombros da população negra e se reserve o papel de *rentier*, preparando talvez desse modo a emancipação econômica, e depois política, das raças negra e vermelha.

¹⁰² Hobson, Op. Cit., págs. 103, 205, 144, 335, 386.

¹⁰³ Gehrard Hildebrand, *Die Erschütterung der Industriegherrschaft und des Industriesozialismus*, 1910, págs. 229 e segs.

Na Inglaterra retira-se à agricultura uma parte de terra cada vez maior para entregá-la ao desporto, às diversões dos ricos. No que se refere à Escócia — o lugar mais aristocrático para a caça e outros desportos —, diz-se que vive do seu passado e de *mister Carnegie* (um multimilionário norte-americano). Só nas corridas de cavalos e na caça às raposas gasta anualmente a Inglaterra 14 milhões de libras esterlinas (uns 130 milhões de rublos). Na Inglaterra o número de *rentiers* aproxima-se do milhão. A percentagem da população produtora diminui:

Anos	População da Inglaterra*	Número de operários das principais indústrias*	Percentagem em relação à população
1851	17,9	4,1	23%
1901	32,5	4,9	15%

* em milhões

O investigador burguês do imperialismo britânico dos princípios do século XX ao falar da classe operária inglesa, vê-se obrigado a estabelecer sistematicamente uma diferença entre as *camadas superiores* dos operários e a *camada inferior*, proletária propriamente dita. A camada superior constitui a massa dos membros das cooperativas e dos sindicatos, das sociedades desportivas e das numerosas seitas religiosas. O direito eleitoral encontra-se adaptado ao nível dessa categoria, continua a ser na Inglaterra suficientemente limitado para excluir a camada inferior proletária propriamente dita! Para dar uma idéia favorável da situação da classe operária inglesa, fala-se em geral só dessa camada superior, a qual constitui a *minoría* do proletariado: por exemplo, o problema do desemprego é algo que afeta principalmente Londres e a camada proletária inferior, da qual os políticos fazem pouco caso...¹⁰⁴. Dever-se-ia dizer: da qual os politiquês burgueses e os oportunistas socialistas fazem pouco caso.

Entre as particularidades do imperialismo relacionadas com os fenômenos que descrevemos figura a redução da emigração dos países imperialistas e o aumento da imigração (afluência de operários e migrações) para estes últimos; a massa humana que a eles chega vem dos países mais atrasados, onde o nível dos salários é mais baixo. A emigração da Inglaterra, como o faz notar Hobson, diminui a partir de

¹⁰⁴ Schulze-Gaevernitz, *Britischer Imperialismus*, pág. 301.

1884: neste ano, o número de emigrantes foi de 242.000, e de 169.000 em 1900. A emigração da Alemanha alcançou o máximo entre 1881 e 1890: 1.453.000, descendo, nas duas décadas seguintes, para 544.000 e 341.000. Em contrapartida, aumentou o número de operários chegados à Alemanha da Áustria, da Itália, da Rússia e de outros países. Segundo o censo de 1907, havia na Alemanha 1.342.294 estrangeiros, dos quais 440.800 eram operários industriais e 257.329 agrícolas¹⁰⁵. Na França, uma parte considerável dos operários mineiros são estrangeiros: polacos, italianos, espanhóis¹⁰⁶. Nos Estados Unidos, os imigrados da Europa oriental e meridional ocupam os lugares mais mal remunerados, enquanto os operários norte-americanos fornecem a maior percentagem de capatazes e de pessoal que têm um trabalho mais bem remunerado¹⁰⁷. O imperialismo tem tendência para formar categorias privilegiadas também entre os operários, e para as divorciar das grandes massas do proletariado.

É preciso notar que, na Inglaterra, a tendência do imperialismo para dividir os operários e para acentuar o oportunismo entre eles, para provocar uma decomposição temporária do movimento operário, se manifestou muito antes do fim do século XIX e princípio do século XX. Isto explica-se porque desde meados do século passado existiam na Inglaterra dois importantes traços distintivos do imperialismo: imensas possessões coloniais e situação de monopólio no mercado mundial. Durante dezenas de anos Marx e Engels estudaram sistematicamente essa relação entre o oportunismo no movimento operário e as particularidades imperialistas do capitalismo inglês. Engels escrevia, por exemplo, a Marx, em 7 de outubro de 1858: “O proletariado inglês vai-se aburguesando de fato cada vez mais; pelo que se vê, esta nação, a mais burguesa de todas, aspira a ter, no fim de contas, ao *lado* da burguesia, uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês. Naturalmente, por parte de uma nação que explora o mundo inteiro, isto é, até certo ponto, lógico”. Quase um quarto de século depois, na sua carta de 11 de agosto de 1881, fala das piores *trade-unions* inglesas que permitem que gente vendida à burguesia, ou, pelo menos, paga por ela, as dirija. E em 12 de setembro de 1882, numa carta a Kautsky, Engels escrevia: “Per-

¹⁰⁵ *Statistik des Deutschen Reichs*, Bd. 211.

¹⁰⁶ Henger, *Die Kapitalsanlage der Franzosen*, St., 1913.

¹⁰⁷ Hourwich, *Immigration and Labour*, N. Y., 1913.

gunta-me o que pensam os operários ingleses acerca da política colonial. O mesmo que pensam da política em geral. Aqui não há um partido operário, há apenas partido conservador e liberal-radical e os operários aproveitam-se, juntamente com eles, com a maior tranqüilidade do mundo, do monopólio colonial da Inglaterra e do seu monopólio no mercado mundial”¹⁰⁸ (Engels expõe a mesma idéia no prefácio à segunda edição de *A Situação da Classe Operária na Inglaterra*, 1892).

Aqui figuram, claramente indicadas, as causas e as conseqüências. Causas: 1. exploração do mundo inteiro por este país; 2. a sua situação de monopólio no mercado mundial; 3. o seu monopólio colonial. Conseqüências: 1. aburguesamento de uma parte do proletariado inglês; 2. uma parte dele permite que a dirijam pessoas compradas pela burguesia ou, pelo menos, pagas por ela. O imperialismo do início do século XX completou a partilha do mundo entre um punhado de Estados, cada um dos quais explora atualmente (no sentido da obtenção de superlucros) uma parte do mundo inteiro um pouco menor do que aquela que a Inglaterra explorava em 1858; cada um deles ocupa uma posição de monopólio no mercado mundial graças aos *trusts*, aos cartéis, ao capital financeiro, às relações de credor e devedor; cada um deles dispõe, até certo ponto, de um monopólio colonial (segundo vimos, de 75 milhões de quilômetros quadrados de todas as colônias do mundo, 65 milhões, isto é 86%, estão concentrados nas mãos de seis potências; 61 milhões, isto é, 81%, estão concentrados nas mãos de três potências).

O traço distintivo da situação atual é a existência de condições econômicas e políticas que não podiam deixar de tornar o oportunismo ainda mais incompatível com os interesses gerais e vitais do movimento operário: o imperialismo embrionário transformou-se no sistema dominante; os monopólios capitalistas passaram para o primeiro plano na economia nacional e na política; a partilha do mundo foi levada ao seu termo; mas, por outro lado, em vez do monopólio indiviso da Inglaterra, vemos a luta que um pequeno número de potências imperialistas trava para participar nesse monopólio, luta que caracteriza todo o começo do século XX. O oportunismo não pode ser agora completamente vitorioso no movimento operário de um país, durante dezenas de anos,

¹⁰⁸ *Briefwechsel von Marx und Engels*, Bd. II, pág. 290; IV, pág. 433; K. Kautsky, *Sozialismus und Kolonialpolitik*, Berlim, 1907, pág. 79. Este opúsculo foi escrito nos tempos, já tão remotos, em que Kautsky era marxista.

como aconteceu na Inglaterra na segunda metade do século XIX, mas em alguns países atingiu a sua plena maturidade, passou essa fase e decompôs-se, fundindo-se completamente, sob a forma do social-chauvinismo, com a política burguesa¹⁰⁹.

¹⁰⁹ O social-chauvinismo russo dos senhores Potréssov, Tchkaenkéli, Máslov etc., tanto na sua forma declarada como na sua forma encoberta (os senhores Tchkheidze, Skóbelev, Axelrod, MártoV etc.), também nasceu do oportunismo, na sua variedade russa: o liquidacionismo.

IX

CRÍTICA DO IMPERIALISMO

Entendemos a crítica do imperialismo, no sentido amplo da palavra, como a atitude das diferentes classes da sociedade perante a política do imperialismo, de acordo com a ideologia geral das mesmas.

As proporções gigantescas do capital financeiro, concentrado em poucas mãos, que deu origem a uma rede extraordinariamente vasta e densa de relações e vínculos, e que subordinou ao seu poder não só as massas dos capitalistas e pequenos e médios empresários, mas também os mais insignificantes, por um lado, e a exacerbação, por outro lado, da luta contra outros grupos nacionais-estatais de financeiros pela partilha do mundo e pelo domínio sobre outros países, tudo isto origina a passagem em bloco de todas as classes possuidoras para o lado do imperialismo. O sinal do nosso tempo é o entusiasmo geral pelas perspectivas do imperialismo, a sua defesa furiosa, o seu embelezamento por todos os meios. A ideologia imperialista penetra no seio da classe operária, que não está separada das outras classes por uma Muralha da China. Se os chefes daquilo a que agora chamam Partido Social-Democrata da Alemanha foram justamente qualificados de social-imperialistas, isto é, de socialistas de palavra e imperialistas de fato, Hobson assinalava em 1902 a existência de Imperialistas fabianos na Inglaterra, pertencentes à oportunista Sociedade Fabiana.

Os cientistas e os publicistas burgueses defendem geralmente o imperialismo de uma forma um tanto encoberta, ocultando a dominação absoluta do imperialismo e as suas raízes profundas, procurando colocar em primeiro plano as particularidades e os pormenores secundários, esforçando-se por desviar a atenção do essencial por meio de projetos de reformas completamente desprovidos de seriedade, tais como o controle policial dos *trusts* ou dos bancos etc. São menos freqüentes as manifestações dos imperialistas cínicos, declarados, que têm o mérito

de reconhecer o absurdo da idéia de reformar as características fundamentais do imperialismo.

Apresentaremos um exemplo. Os imperialistas alemães esforçam-se por seguir de perto, em *Arquivo da Economia Mundial*, os movimentos de libertação nacional das colônias, e particularmente, como é natural, das não-alemãs. Assinalam a efervescência e os protestos na Índia, o movimento no Natal (África do Sul), na Índia Holandesa etc. Um deles, num apontamento a propósito de uma publicação inglesa que informava sobre a conferência de nações e raças submetidas que se realizou de 28 a 30 de junho de 1910, e na qual participaram representantes de diversos povos da Ásia, África e Europa que se encontram sob dominação estrangeira, exprime-se assim ao comentar os discursos ali proferidos: “Deve-se lutar contra o imperialismo, dizem-nos; os Estados dominantes devem reconhecer o direito à independência dos povos submetidos; um tribunal internacional deve velar pelo cumprimento dos tratados concluídos entre as grandes potências e os povos fracos. A conferência não vai além destes votos piedosos. Não vemos o menor indício de compreensão da verdade de que o imperialismo está indissoluvelmente ligado ao capitalismo na sua forma atual e que por isso (!!) a luta direta contra o imperialismo está condenada ao fracasso, a não ser que se limite a protestos contra alguns excessos particularmente odiosos”¹¹⁰. Como a regulamentação reformista das bases do imperialismo é um engano, um voto piedoso, como os elementos burgueses das nações oprimidas não avançam, os burgueses da nação opressora recuam, para o servilismo em relação ao imperialismo encoberto com pretensões científicas. Bela lógica!

O essencial na crítica do imperialismo consiste em saber se é possível modificar por meio de reformas as bases do imperialismo, se deve-se seguir adiante, intensificando e aprofundando ainda mais as contradições que o imperialismo gera, ou se deve-se retroceder, atenuando essas contradições. Como as particularidades políticas do imperialismo são a reação em toda a linha e a intensificação da opressão nacional — consequência da opressão da oligarquia financeira e da supressão da livre concorrência —, a oposição democrática pequeno-burguesa ao imperialismo aparece em quase todos os países imperialistas no princípio do século XX. E a ruptura com o marxismo, por parte

¹¹⁰ *Weltwirtschaftliches Archiv*, Bd. II, pág. 193.

de Kautsky e da vasta corrente internacional do kautskismo, consiste precisamente em que Kautsky, além de não se preocupar, de não saber enfrentar essa oposição pequeno-burguesa, reformista, fundamentalmente reacionária do ponto de vista econômico, se fundiu praticamente com ela.

Nos Estados Unidos, a guerra imperialista de 1898 contra a Espanha provocou a oposição dos anti-imperialistas, os últimos moicanos da democracia burguesa, que qualificavam essa guerra de criminosa, consideravam anticonstitucional a anexação de terras alheias, denunciavam como um engano dos chauvinistas a atitude para com Aguinaldo, o chefe dos indígenas filipinos (depois de lhe prometerem a liberdade do seu país, desembarcaram tropas americanas e anexaram as Filipinas), e citavam as palavras de Lincoln: “Quando o branco se governa a si mesmo, isto é autogoverno; quando se governa a si mesmo e, ao mesmo tempo, governa outros, isto já não é autogoverno, é despotismo”¹¹¹. Mas enquanto toda essa crítica tinha medo de reconhecer os vínculos indissolúveis existentes entre o imperialismo e os *trusts*, e por conseguinte entre o imperialismo e os fundamentos do capitalismo, enquanto receava unir-se às forças geradas pelo grande capitalismo e pelo seu desenvolvimento, não era mais do que um voto piedoso.

Tal é também a posição fundamental de Hobson na sua crítica ao imperialismo. Hobson antecipou-se a Kautsky ao erguer-se contra a inevitabilidade do imperialismo e ao invocar a necessidade de elevar a capacidade de consumo da população (sob o regime capitalista!). Mantêm uma posição pequeno-burguesa na crítica do imperialismo, da onipotência dos bancos, da oligarquia financeira etc.: Agahd, A. Lansburgh e L. Eschwege, que citamos repetidas vezes, e, entre os escritores franceses, Victor Bérard, autor de uma obra superficial que apareceu em 1900 com o título *A Inglaterra e o Imperialismo*. Todos eles, sem qualquer pretensão de marxismo, opõem ao imperialismo a livre concorrência e a democracia, condenam a aventura da estrada de ferro de Bagdá, que conduz a conflitos e à guerra, manifestam o voto piedoso de viver em paz etc.; assim o faz A. Neymarck, cuja especialidade é a estatística das emissões internacionais, que, calculando as centenas de bilhões de francos de valores internacionais, exclamava em 1912: “Como

¹¹¹ J. Patouillet, *L'Impérialisme Américain*, Dijon, 1904, pág. 272.

é possível supor que a paz possa ser posta em perigo... arriscar-se, dada a existência de números tão consideráveis, a provocar a guerra”¹¹².

Nos economistas burgueses essa ingenuidade nada tem de surpreendente: tanto mais que lhes *convém* parecer tão ingênuos e falar a sério da paz sob o imperialismo. Mas que resta a Kautsky de marxismo quando, em 1914, 1915 e 1916, adota essa mesma posição burguesa reformista e afirma que toda a gente está de acordo (imperialistas, pseudo-socialistas e sociais-pacifistas) no que se refere à paz? Em vez de analisar e pôr a descoberto, em toda a sua profundidade, as contradições do imperialismo, não vemos mais que o desejo piedoso reformista de as evitar, de as ignorar.

Eis aqui uma pequena amostra da crítica econômica que Kautsky faz do imperialismo. Toma os dados sobre o movimento de exportação e importação entre a Inglaterra e o Egito em 1872 e 1912: acontece que essa exportação e importação aumentaram menos do que a exportação e importação gerais da Inglaterra. E Kautsky infere: “Não temos fundamento algum para supor que, sem a ocupação militar do Egito, o comércio com ele teria crescido menos, sob a influência do simples peso dos fatores econômicos. A melhor maneira de o capital realizar a sua tendência para a expansão não é por meio dos métodos violentos do imperialismo, mas pela democracia pacífica”¹¹³.

Este raciocínio de Kautsky repetido em todos os tons pelo seu escudeiro russo (e encobridor russo dos sociais-chauvinistas), Sr. Spectator, é a base da crítica kautskista do imperialismo, e por isso devemos detornar nele mais pormenorizadamente. Começemos por citar Hilferding, cujas conclusões Kautsky declarou muitas vezes, por exemplo em abril de 1915, serem “aceites unanimemente por todos os teóricos socialistas”.

“Não compete ao proletariado — diz Hilferding — opor à política capitalista mais progressiva a política passada da época do livre-câmbio e da atitude hostil para com o Estado. A resposta do proletariado à política econômica do capital financeiro, ao imperialismo, não pode ser o livre-câmbio, mas apenas o socialismo. O objetivo da política proletária não pode ser atualmente a restauração da livre concorrência — que se converteu agora num ideal reacionário —, mas

¹¹² *Bulletin de l'Institut International de Statistique*, t. XIX, livro II, pág. 225.

¹¹³ Kautsky, *Nationalstaat, Imperialistischer Staat und Staatenbund*, Nuremberg, 1915, págs. 70 e 72.

unicamente a destruição completa da concorrência mediante a supressão do capitalismo”¹¹⁴.

Kautsky rompeu com o marxismo ao defender, para a época do capital financeiro, um ideal reacionário, a democracia pacífica, o simples peso dos fatores econômicos, pois este ideal arrasta *objetivamente* para trás, do capitalismo monopolista para o capitalismo não-monopolista, e é um engano reformista.

O comércio com o Egito (ou com outra colônia ou semicolônia) teria crescido mais *sem* a ocupação militar, sem o imperialismo, sem o capital financeiro. Que significa isto? Que o capitalismo se desenvolveria mais rapidamente se a livre concorrência não conhecesse a limitação que lhe impõem os monopólios em geral, as relações ou o jugo (isto também é monopólio) do capital financeiro e a posse monopolista das colônias por parte de alguns países?

Os raciocínios de Kautsky não podem ter outro sentido, e *este* sentido é um sem-sentido. Admitamos que *sim*, que a livre concorrência, sem monopólios de nenhuma espécie, *poderia* desenvolver o capitalismo e o comércio mais rapidamente. Mas quanto mais rápido é o desenvolvimento do comércio do capitalismo, mais intensa é a concentração da produção e do capital que gera o monopólio. E os monopólios nasceram, *precisamente* da livre concorrência! Mesmo se os monopólios refrearam atualmente o seu desenvolvimento, isto não é, apesar de tudo, um argumento a favor da livre concorrência, que se tornou impossível depois de ter gerado os monopólios.

Por mais voltas que se dê aos raciocínios de Kautsky, não se encontrará neles mais do que reacionarismo e reformismo burguês.

Se corrigirmos esse raciocínio, e dissermos, como o faz Spectator, que o comércio das colônias inglesas com a metrópole progride, na atualidade, mais lentamente do que com outros países, nem isto salva Kautsky, pois a Inglaterra é batida *também* pelo monopólio, *também* pelo imperialismo, mas de outros países (os Estados Unidos, a Alemanha). Sabe-se que os cartéis conduziram ao estabelecimento de direitos aduaneiros protecionistas de um tipo novo, original: protegem-se (como o fez notar Engels no tomo III de *O Capital*) precisamente os produtos suscetíveis de serem exportados. É também conhecido o sistema, próprio dos cartéis e do capital financeiro, de exportação a preço ínfimo, o

¹¹⁴ *O Capital Financeiro*, pág. 567.

dumping, como dizem os ingleses: no interior do país, o cartel vende os seus produtos a um preço monopolista elevado, e no exterior coloca-os a um preço baixíssimo, com o objetivo de arruinar o concorrente, ampliar ao máximo a sua própria produção etc. Se a Alemanha desenvolve o seu comércio com as colônias inglesas mais rapidamente do que a Inglaterra, isso demonstra apenas que o imperialismo alemão é mais fresco, mais forte, mais bem organizado do que o inglês, superior a este, mas não demonstra, longe disso, a superioridade do livre-câmbio, porque não é o livre-câmbio que luta contra o protecionismo e contra a dependência colonial, mas um imperialismo que luta contra outro, um monopólio contra outro, um capital financeiro contra outro. A superioridade do imperialismo alemão sobre o inglês é mais forte do que a muralha das fronteiras coloniais ou dos direitos alfandegários protecionistas: tirar daí um argumento *a favor* do livre-câmbio e da democracia pacífica equivale a dizer banalidades, a esquecer os traços e as propriedades fundamentais do imperialismo, a substituir o marxismo pelo reformismo filisteu.

É interessante notar que mesmo o economista burguês A. Lansburgh, que critica o imperialismo de uma maneira tão filistéia como Kautsky, abordou mais cientificamente do que ele a ordenação dos dados da estatística comercial. Lansburgh não comparou um país tomado ao acaso, e precisamente uma colônia, com os países restantes, mas as exportações de um país Imperialista: 1. para os países que dependem financeiramente dele, que receberam empréstimos, e 2. para os países financeiramente independentes. O resultado obtido é o que a seguir apresentamos:

Exportações da Alemanha em milhões de marcos
Para os países financeiramente dependentes da Alemanha

Países	1889	1908	Aumento
Romênia	48,2	70,8	+47%
Portugal	19,0	32,8	+73%
Argentina	60,7	147,0	+143%
Brasil	48,7	84,5	+73%
Chile	28,3	52,4	+85%
Turquia	29,9	64,0	+114%
Total	234,8	451,5	+92%

Para os países financeiramente independentes da Alemanha

Países	1889	1908	Aumento
Grã-Bretanha	651,8	997,4	+53%
França	210,2	437,9	+108%
Bélgica	137,2	322,8	+135%
Suíça	177,4	401,1	+127%
Austrália	21,2	64,5	+205%
Índias Holandesas	88,8	40,7	+363%
Total	1.206,6	2.264,4	+87%

Lansburgh não fez a *soma*, e por isso, coisa estranha, não *se* deu conta de que se estes números provam alguma coisa é só *contra* ele, pois a exportação para os países financeiramente dependentes cresceu, *apesar de tudo*, mais rapidamente, embora não de maneira muito considerável, do que a exportação para os países financeiramente independentes (sublinhamos o nosso *se* porque a estatística de Lansburgh está muito longe de ser completa).

Referindo-se à relação entre a exportação e os empréstimos, Lansburgh diz:

“Em 1890-1891, foi firmado o acordo do empréstimo romeno por intermédio dos bancos alemães, que nos anos anteriores adiantaram dinheiro por conta do mesmo. O empréstimo serviu principalmente para aquisição de material ferroviário que se recebia da Alemanha. Em 1891, a exportação alemã para a Romênia foi de 55 milhões de marcos. No ano seguinte desceu para 39,4 e, com intervalos, até 25,4 milhões em 1900. Só nestes últimos anos, graças a outros dois novos empréstimos, foi restabelecido o nível de 1891.

A exportação alemã para Portugal aumentou, em consequência dos empréstimos de 1888 e 1889, para 21,1 milhões de marcos (1890); depois, nos dois anos seguintes, desceu para 16,2 e 7,4 milhões, e só alcançou o seu antigo nível em 1903.

São ainda mais expressivos os dados do comércio germano-argentino. Em consequência dos empréstimos de 1888 e 1890, a exportação alemã para a Argentina atingiu em 1889 o montante de 60,7 milhões de marcos. Dois anos mais tarde era de apenas 18,6 milhões, isto é, menos de um terço. Só em 1901 é atingido e ultrapassado o nível de 1889, o que se deve aos novos empréstimos do Estado e municipais, à

entrega de dinheiro para a construção de fábricas de eletricidade e a outras operações de crédito.

A exportação para o Chile aumentou, em consequência do empréstimo de 1889, para 45,2 milhões de marcos (1892), descendo um ano depois para 22,5 milhões. Após novo empréstimo, concedido por intermédio dos bancos alemães em 1906, a exportação subiu para 84,7 milhões de marcos (1907), descendo de novo para 52,4 milhões em 1908¹¹⁵.

Lansburgh deduz destes fatos uma divertida moral filistéia: como é inconsistente e desigual a exportação ligada aos empréstimos, como é mau exportar capitais para o exterior em vez de fomentar a indústria nacional de forma natural e harmônica, como ficam caras, para Krupp, as gratificações de milhões e milhões que acompanham a concessão dos empréstimos estrangeiros etc. Mas os fatos falam com clareza: o aumento da exportação está relacionado *precisamente* com as fraudulentas maquinações do capital financeiro, que não se preocupa com a moral burguesa e esfolo o boi duas vezes: primeiro o lucro do empréstimo, e depois o lucro *desse mesmo* empréstimo investido na aquisição de artigos da Krupp ou material ferroviário do sindicato do aço etc.

Repetimos que estamos longe de considerar perfeita a estatística de Lansburgh, mas era indispensável reproduzi-la, porque é mais científica do que a de Kautsky e de Spectator, já que Lansburgh indica uma maneira acertada de abordar o problema. Para raciocinar sobre a significação do capital financeiro no que se refere à exportação etc., é indispensável saber destacá-la de maneira especial e unicamente na sua relação com as maquinações dos financeiros, de maneira especial e unicamente na sua relação com a venda dos produtos dos cartéis etc. Limitar-se a comparar simplesmente as colônias em geral com as não-colônias, um imperialismo com outro, uma semicolônia ou colônia (Egito) com todos os países restantes, significa deixar de lado e escamotear precisamente a *essência* da questão.

A crítica teórica do imperialismo que Kautsky faz não tem nada de comum com o marxismo; apenas serve *como* ponto de partida para preconizar a paz e a unidade com os oportunistas e os sociais-chauvinistas, porque deixa de lado e oculta precisamente as contradições mais profundas e fundamentais do imperialismo: as contradições

¹¹⁵ *Die Bank*, 1909, 2, pág. 819 e segs.

entre os monopólios e a livre concorrência que existe paralelamente a eles, entre as operações gigantescas (e os lucros gigantescos) do capital financeiro e o comércio honesto no mercado livre, entre os cartéis e *trusts*, por um lado, e a indústria não cartelizada por outro etc.

Tem absolutamente o mesmo caráter reacionário a famosa teoria do ultra-imperialismo inventada por Kautsky. Comparemos os seus raciocínios sobre este tema em 1915 com os de Hobson em 1902:

Kautsky: "... Não poderá a política imperialista atual ser suplantada por outra nova, ultra-imperialista, que em vez da luta dos capitais financeiros entre si estabelecesse a exploração comum de todo o mundo pelo capital financeiro unido internacionalmente? Tal nova fase do capitalismo, em todo caso, é concebível. A inexistência de premissas suficientes não permite resolver se é realizável ou não"¹¹⁶.

Hobson: "O cristianismo consolidado num número limitado de grandes impérios federais, cada um deles com colônias não-civilizadas e países dependentes, parece a muitos a evolução mais legítima das tendências atuais, uma evolução que, além disso, permitiria alimentar as maiores esperanças numa paz permanente sobre a base sólida do interimperialismo".

Kautsky qualifica de ultra-imperialismo ou superimperialismo aquilo que Hobson qualificava, treze anos antes, de interimperialismo. Se excetuarmos a formação de uma nova e sapientíssima palavra mediante a substituição de um prefixo latino por outro, o progresso do pensamento científico em Kautsky reduz-se à pretensão de fazer passar por marxismo aquilo que Hobson descreve, em essência, como manifestação hipócrita dos padres ingleses. Depois da guerra anglo-boer era natural que esta respeitável casta dedicasse os seus maiores esforços a *consolar* os filisteus e operários ingleses, que tinham sofrido um grande número de baixas nas batalhas sul-africanas e tiveram de pagar impostos elevados para garantirem maiores lucros aos financeiros ingleses. E que melhor poderia consolá-los do que a idéia de que o imperialismo não era assim tão mau, que se encontrava muito próximo do inter ou ultra-imperialismo, capaz de assegurar a paz permanente? Quaisquer que fossem as boas intenções dos padres ingleses ou do melífluo Kautsky, o sentido objetivo, isto é, o verdadeiro sentido social da sua teoria é um e só um: a consolação arqui-reacionária das massas com a

¹¹⁶ *Neue Zeith*, 30 de abril de 1915, pág. 144.

esperança na possibilidade de uma paz permanente sob o capitalismo, desviando a atenção das agudas contradições e dos agudos problemas da atualidade, para a dirigir para as falsas perspectivas de um pretenso novo ultra-imperialismo-futuro. Para além do engano das massas, a teoria marxista de Kautsky nada mais contém.

Com efeito, basta comparar com clareza os fatos notórios, indiscutíveis, para nos convenceremos até que ponto são falsas as perspectivas que Kautsky se esforça por inculcar nos operários alemães (e nos de todos os países). Tomemos o exemplo da Índia, da Indochina e da China. É sabido que essas três colônias e semicolônias, com uma população de 600 a 700 milhões de habitantes, se encontram submetidas à exploração do capital financeiro de várias potências imperialistas: a Inglaterra, a França, o Japão, os Estados Unidos etc. Suponhamos que esses países imperialistas formam alianças, uma contra outra, com o objetivo de defender ou alargar as suas possessões, os seus interesses e as suas esferas de influência nos referidos países asiáticos. Essas alianças serão alianças interimperialistas ou ultra-imperialistas. Suponhamos que *todas* as potências imperialistas constituem uma aliança para a partilha pacífica desses países asiáticos: essa será uma aliança do capital financeiro unido internacionalmente. Na história do século XX encontramos casos concretos de alianças desse tipo: tais são, por exemplo, as relações entre as potências no que se refere à China. E será concebível, perguntamos, pressupondo a manutenção do capitalismo (e é precisamente esta condição que Kautsky apresenta), que as referidas alianças não sejam efêmeras, que excluam os conflitos e a luta em todas as formas imagináveis?

Basta formular claramente a pergunta para que seja impossível dar-lhe uma resposta que não seja negativa, pois sob o capitalismo *não* se concebe outro fundamento para a partilha das esferas de influência, dos interesses, das colônias etc., além da *força* de quem participa na divisão, a força econômica geral, financeira, militar etc. E a força dos que participam na divisão não se modifica de forma idêntica, visto que sob o capitalismo é impossível o desenvolvimento *igual* das diferentes empresas, *trusts*, ramos industriais e países. Há meio século, a Alemanha era uma absoluta insignificância comparando a sua força capitalista com a da Inglaterra de então; o mesmo se pode dizer do Japão se o compararmos com a Rússia. Será concebível que dentro de dez ou vinte

anos permaneça *invariável* a correlação de forças entre as potências imperialistas? É absolutamente inconcebível.

Por isso, as alianças interimperialistas ou ultra-imperialistas no mundo real capitalista, e não na vulgar fantasia filistéia dos padres ingleses ou do marxista alemão Kautsky — seja qual for a sua forma: uma coligação imperialista contra outra coligação imperialista, ou uma aliança geral de todas as potências imperialistas —, só podem ser, *inevitavelmente*, tréguas entre guerras. As alianças pacíficas preparam as guerras e por sua vez surgem das guerras, conciliando-se mutuamente, gerando uma sucessão de formas de luta pacífica e não-pacífica sobre *uma mesma* base de vínculos imperialistas e de relações recíprocas entre a economia e a política mundiais. E o sapientíssimo Kautsky, para tranquilizar os operários e os reconciliar com os social-chauvinistas que se passaram para a burguesia, *separa* os elos de uma única e mesma cadeia, separa a atual aliança pacífica (que é ultra-imperialista e mesmo ultra-ultra-imperialista) de *todas* as potências, criada para a pacificação da China (recordem o esmagamento da insurreição dos boxers), do conflito não-pacífico de amanhã, que preparará para depois de amanhã outra aliança pacífica geral para a partilha, suponhamos, da Turquia etc., etc. Em vez da ligação viva entre os períodos de paz imperialista e de guerras imperialistas, Kautsky oferece aos operários uma abstração morta, a fim de os reconciliar com os seus chefes mortos.

O americano Hill indica no prefácio à sua *História da Diplomacia no Desenvolvimento Internacional da Europa* os seguintes períodos da história contemporânea da diplomacia: 1. era da revolução; 2. movimento constitucional; 3. era do imperialismo comercial¹¹⁷ dos nossos dias. Outro escritor divide a história da política mundial da Grã-Bretanha a partir de 1870 em quatro períodos: 1. primeiro período asiático (luta contra o movimento da Rússia na Ásia Central em direção à Índia); 2. período africano (de 1885 a 1902 aproximadamente): luta contra a França pela partilha da África (incidente de Fachoda em 1898, a ponto de dar origem à guerra com a França); 3. segundo período asiático (tratado com o Japão contra a Rússia); 4. período europeu, dirigido

¹¹⁷ David Jayne Hill, *A History of the Diplomacy in the International Development of Europe*, vol. I, pág. 10.

principalmente contra a Alemanha¹¹⁸. “As escaramuças políticas dos destacamentos de vanguarda travam-se no terreno financeiro”, escrevia em 1905 Riesser, personalidade do mundo bancário, indicando como o capital financeiro francês preparou, com as suas operações na Itália, a aliança política desses países, como se desenvolvia a luta entre a Alemanha e a Inglaterra pela Pérsia, a luta entre todos os capitais europeus para ficarem com empréstimos chineses etc. Tal é a realidade viva das alianças ultra-imperialistas pacíficas, ligadas indissolavelmente aos conflitos simplesmente imperialistas.

A atenuação que Kautsky faz das contradições mais profundas do imperialismo, e que se transforma inevitavelmente num embelezamento do imperialismo, deixa também marcas na crítica que este escritor faz às propriedades políticas do imperialismo. O imperialismo é a época do capital financeiro e dos monopólios, que trazem consigo, em toda parte, a tendência para a dominação, e não para a liberdade. A reação em toda a linha, seja qual for o regime político; a exacerbação extrema das contradições também nesta esfera: tal é o resultado desta tendência. Intensifica-se também particularmente a opressão nacional e a tendência para as anexações, isto é, para a violação da independência nacional (pois a anexação não é senão a violação do direito das nações à autodeterminação). Hilferding faz notar acertadamente a relação entre o imperialismo e a intensificação da opressão nacional: “No que se refere aos países recentemente descobertos — diz —, o capital importado intensifica as contradições e provoca contra os intrusos uma crescente resistência dos povos, cuja consciência nacional desperta; esta resistência pode transformar-se facilmente em medidas perigosas contra o capital estrangeiro. Revolucionam-se completamente as velhas relações sociais, destrói-se o isolamento agrário milenar das nações à margem da história, que se vêem arrastadas para o torvelinho capitalista. O próprio capitalismo proporciona pouco a pouco, aos submetidos, meios e processos adequados de emancipação. E as referidas nações formulam o objetivo que em outros tempos foi o mais elevado entre as nações européias: a criação de um Estado nacional único como instrumento de liberdade econômica e cultural. Este movimento pela independência ameaça o capital europeu nas suas zonas de exploração mais preciosas, que prometem as

¹¹⁸ Schuilder, Op. Cit., pág. 178.

perspectivas mais brilhantes, e o capital europeu só pode manter a dominação aumentando continuamente as suas forças militares”¹¹⁹

A isto deve-se acrescentar que, não só nos países recentemente descobertos mas também nos velhos, o imperialismo conduz às anexações, à intensificação da opressão nacional, e, por conseguinte, intensifica também a resistência. Ao negar que o imperialismo intensifica a reação política, Kautsky deixa na sombra o que se refere à impossibilidade da unidade com os oportunistas na época do imperialismo, questão que adquiriu particular importância vital. Ao opor-se às anexações, dá aos seus argumentos a forma mais inofensiva e mais aceitável para os oportunistas. Kautsky dirige-se diretamente ao leitor alemão, e, contudo, oculta precisamente o mais essencial e mais atual, por exemplo que a Alsácia-Lorena é uma anexação da Alemanha. Para apreciar esta aberração mental de Kautsky tomemos um exemplo. Suponhamos que um japonês condena a anexação das Filipinas pelos americanos. Pode-se perguntar: serão muitos os que atribuem isto à oposição feita às anexações em geral, e não ao desejo do Japão de anexar ele próprio as Filipinas? E não se admitirá que a luta do japonês contra as anexações só pode ser sincera, e politicamente honesta, no caso de se erguer também contra a anexação da Coreia pelo Japão, de reivindicar a liberdade da Coreia de se separar do Japão?

Tanto a análise teórica como a crítica econômica e política que Kautsky faz do imperialismo encontram-se *totalmente* impregnadas de um espírito absolutamente incompatível com o marxismo, de um espírito que oculta e lima as contradições mais essenciais, impregnadas da tendência para manter a todo custo a unidade em desintegração com o oportunismo no movimento operário europeu.

¹¹⁹ *O Capital Financeiro*, pág. 487.

X

O LUGAR DO IMPERIALISMO NA HISTÓRIA

Como vimos, o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. Isto determina o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. Deve-se assinalar particularmente quatro variedades essenciais do monopólio, ou manifestações principais do capitalismo monopolista, características do período que nos ocupa.

Primeiro: o monopólio é um produto da concentração da produção num grau muito elevado do seu desenvolvimento. É formado pelas associações monopolistas dos capitalistas, os cartéis, os sindicatos e os *trusts*. Vimos o seu enorme papel na vida econômica contemporânea. No começo do século XX atingiram completo predomínio nos países avançados, e se os primeiros passos no sentido da cartelização foram dados anteriormente pelos países de tarifas alfandegárias protecionistas elevadas (a Alemanha, os Estados Unidos), a Inglaterra, com o seu sistema de livre-câmbio, mostrou, embora um pouco mais tarde, esse mesmo fato fundamental: o nascimento do monopólio como consequência da concentração da produção.

Segundo: os monopólios vieram intensificar a luta pela conquista das mais importantes fontes de matérias-primas, particularmente para a indústria fundamental e mais cartelizada da sociedade capitalista: a hulheira e a siderúrgica. A posse monopolista das fontes mais importantes de matérias-primas aumentou enormemente o poderio do grande capital e intensificou as contradições entre a indústria cartelizada e a não-cartelizada.

Terceiro: o monopólio surgiu dos bancos, os quais, de modestas empresas intermediárias que eram antes, se transformaram em monopolistas do capital financeiro. Três ou cinco grandes bancos de cada uma das nações capitalistas mais avançadas realizaram a união pessoal do

capital industrial e bancário, e concentraram nas suas mãos somas de bilhões, que constituem a maior parte dos capitais e dos rendimentos em dinheiro de todo o país. A oligarquia financeira, que tece uma densa rede de relações de dependência entre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa contemporânea sem exceção: tal é a manifestação mais evidente deste monopólio.

Quarto: o monopólio nasceu da política colonial. Aos numerosos velhos motivos da política colonial, o capital financeiro acrescentou a luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas esferas de influência, isto é, as esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas etc., e, finalmente, pelo território econômico em geral. Quando as colônias das potências européias na África, por exemplo, representavam a décima parte desse continente, como acontecia ainda em 1876, a política colonial podia desenvolver-se de uma forma não-monopolista, pela livre conquista, poderia-se dizer, de territórios. Mas quando $\frac{9}{10}$ da África já estavam ocupados (por volta de 1900), quando todo o mundo já estava repartido, começou inevitavelmente a era da posse monopolista das colônias e, por conseguinte, de luta particularmente aguda pela divisão e pela nova partilha do mundo.

É conhecido até que ponto o capitalismo monopolista intensificou todas as contradições do capitalismo. Basta indicar a carestia da vida e a opressão dos cartéis. Esta intensificação das contradições é a força motriz mais poderosa do período histórico de transição iniciado com a vitória definitiva do capital financeiro mundial.

Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição. Cada vez se manifesta com maior relevo, como uma das tendências do imperialismo, a formação de Estados-*rentiers*, de Estados usurários, cuja burguesia vive cada vez mais à custa da exportação de capitais e do corte de cupons. Seria um erro pensar que esta tendência para a decomposição exclui o rápido crescimento do capitalismo. Não; certos ramos industriais, certos setores da burguesia, certos países, manifestam, na época do imperialismo, com maior ou menor intensidade, quer uma quer outra dessas tendências. No seu con-

junto, o capitalismo cresce com uma rapidez incomparavelmente maior do que antes, mas este crescimento não só é cada vez mais desigual como a desigualdade se manifesta também, de modo particular, na decomposição dos países mais ricos em capital (Inglaterra).

No que se refere à rapidez do desenvolvimento econômico da Alemanha, Riesser, autor de uma investigação sobre os grandes bancos alemães, diz: “O progresso, não demasiado lento, da época precedente (1848 a 1870) está, relativamente ao rápido desenvolvimento de toda a economia na Alemanha, e particularmente dos seus bancos na época atual (1870 a 1905), na mesma proporção aproximadamente que as diligências dos bons velhos tempos relativamente ao automóvel moderno, o qual se desloca a tal velocidade que representa um perigo para o transeunte despreocupado e para as próprias pessoas que vão no automóvel”. Por sua vez, esse capital financeiro que cresceu com uma rapidez tão extraordinária, precisamente porque cresceu desse modo, não tem qualquer inconveniente em passar a uma posse mais tranqüila das colônias, as quais devem ser conquistadas, não só por meios pacíficos, às nações mais ricas. E nos Estados Unidos, o desenvolvimento econômico tem sido, nestas últimas décadas, ainda mais rápido do que na Alemanha, e é precisamente graças a esta circunstância que os traços parasitários do capitalismo americano contemporâneo ressaltam com particular relevo. Por outro lado, a comparação, por exemplo, entre a burguesia republicana americana e a burguesia monárquica japonesa ou alemã, mostra que as maiores diferenças políticas se atenuam ao máximo na época do imperialismo; e não porque essa diferença não seja importante em geral, mas porque em todos esses casos se trata de uma burguesia com traços definidos de parasitismo.

A obtenção de elevados lucros monopolistas pelos capitalistas de um entre muitos ramos da indústria, de um entre muitos países etc., oferece-lhes a possibilidade econômica de subornarem certos setores operários e, temporariamente, uma minoria bastante considerável destes últimos, atraindo-os para o lado da burguesia desse ramo ou dessa nação, contra todos os outros. O acentuado antagonismo das nações imperialistas pela partilha do mundo aprofunda essa tendência. Assim se cria a ligação entre o imperialismo e o oportunismo, ligação que se manifestou, antes que em qualquer outro lado e de uma forma mais clara, na Inglaterra, devido ao fato de vários dos traços imperialistas de desen-

volvimento aparecerem nesse país muito antes de aparecerem em outros. Alguns escritores, por exemplo L. Mártoov, comprazem-se em negar a ligação entre o imperialismo e o oportunismo no movimento operário — fato que salta agora aos olhos com particular evidência — por meio de argumentos impregnados de otimismo oficial (à Kautsky e Huysmans) do gênero do seguinte: a causa dos adversários do capitalismo seria uma causa perdida se o capitalismo avançado conduzisse ao reforço do oportunismo, ou se os operários mais bem remunerados mostrassem inclinação para o oportunismo etc. Não nos deixemos enganar quanto à significação desse otimismo; é um otimismo em relação ao oportunismo, é um otimismo que serve de capa ao oportunismo. Na realidade, a particular rapidez e o caráter singularmente repulsivo do desenvolvimento do oportunismo não lhe garantem de modo nenhum uma vitória sólida, do mesmo modo que a rapidez de desenvolvimento de um tumor maligno num corpo são só pode contribuir para que o referido tumor rebente mais cedo, livrando assim dele o organismo. O maior perigo, neste sentido, são as pessoas que não querem compreender que a luta contra o imperialismo é uma frase oca e falsa se não for indissolúvelmente ligada à luta contra o oportunismo.

De tudo o que dissemos sobre a essência econômica do imperialismo deduz-se que se deve qualificá-lo de capitalismo de transição ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante. Neste sentido é extremamente instrutiva a circunstância de os termos mais usuais que os economistas burgueses empregam ao descrever o capitalismo moderno serem entrelaçamento, ausência de isolamento etc., os bancos são “empresas que, pelos seus fins e pelo seu desenvolvimento, não têm um caráter de economia privada pura, mas cada vez mais vão saindo da esfera da regulação da economia puramente privada”. E esse mesmo Riesser, a quem pertencem estas últimas palavras, declara, com a maior seriedade do mundo, que as profecias dos marxistas a respeito da socialização *não se cumpriram!*

Que significa então a palavra entrelaçamento? Exprime unicamente o traço que mais salta aos olhos do processo que se está desenvolvendo diante de nós; mostra que o observador conta as árvores e não vê o bosque, que copia servilmente o exterior, o acidental, o caótico; indica que o observador é um homem esmagado pelos materiais em bruto e que não compreende nada do seu sentido e significação. Entre-

laçam-se acidentalmente a posse de ações, as relações entre os proprietários particulares. Mas o que constitui o fundo desse entrelaçamento, o que se encontra por detrás dele, são as relações sociais de produção que mudam continuamente. Quando uma grande empresa se transforma em empresa gigante e organiza sistematicamente, apoiando-se num cálculo exato de uma grande massa de dados, o abastecimento de $\frac{2}{3}$ ou $\frac{3}{4}$ das matérias-primas necessárias a uma população de várias dezenas de milhões; quando se organiza sistematicamente o transporte dessas matérias-primas para os pontos de produção mais cômodos, que se encontram por vezes separados por centenas e milhares de quilômetros; quando, a partir de um centro, se dirige a transformação sucessiva do material, em todas as suas diversas fases, até obter as numerosas espécies de produtos manufaturados; quando a distribuição desses produtos se efetua segundo um plano único a dezenas e centenas de milhões de consumidores (venda de petróleo na América e na Alemanha pelo *trust* do petróleo americano), então percebe-se com evidência que nos encontramos perante uma socialização de produção, e não perante um simples entrelaçamento, percebe-se que as relações de economia e de propriedade privadas constituem um invólucro que não corresponde ao conteúdo, que esse invólucro deve inevitavelmente decompor-se se a sua supressão for adiada artificialmente, que pode permanecer em estado de decomposição durante um período relativamente longo (no pior dos casos, se a cura do tumor oportunista se prolongar demasiado), mas que, de qualquer modo, será inelutavelmente suprimida.

Schulze-Gaevernitz, admirador entusiasta do imperialismo alemão, exclama:

“Se, no fim de contas, a direção dos bancos alemães se encontra nas mãos de uma dúzia de pessoas, a sua atividade é, atualmente, mais importante para o bem público do que a atividade da maioria dos ministros” (neste caso é mais vantajoso esquecer o entrelaçamento existente entre banqueiros, ministros, industriais, *rentiers* etc.). Se refletirmos até o fim sobre o desenvolvimento das tendências que apontamos, chegamos à seguinte conclusão: o capital-dinheiro da nação está unido nos bancos; os bancos estão unidos entre si no cartel; o capital da nação, que procura a maneira de ser aplicado, tomou a forma de títulos de valor. Então cumprem-se as palavras geniais de Saint-Simon: A anarquia atual da produção, conseqüência do fato de as relações econômicas

se desenvolverem sem uma regulação uniforme, deve dar lugar à organização da produção. A produção não será dirigida por empresários isolados, independentes uns dos outros, que ignoram as necessidades econômicas dos homens; a produção se encontrará nas mãos de uma instituição social determinada. O comitê central de administração, que terá a possibilidade de observar a vasta esfera da economia social de um ponto de vista mais elevado, a regulará da maneira mais útil para toda a sociedade, entregará os meios de produção nas mãos apropriadas para isso, e se preocupará, sobretudo, com a existência de uma harmonia constante entre a produção e o consumo. Existem instituições que incluíram entre os seus fins uma determinada organização da atividade econômica: os bancos. Estamos ainda longe do cumprimento destas palavras de Saint-Simon, mas estamos próximos de o conseguir: será um marxismo diferente do que Marx imaginava, mas diferente apenas na forma”¹²⁰.

Não há dúvida: excelente *refutação* de Marx, que dá um passo atrás, que retrocede da análise científica exata de Marx para a conjectura — genial, mas mesmo assim conjectura — de Saint-Simon.

¹²⁰ *Grundriss der Sozialökonomik*, pág. 146.